



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

4ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 15 DE AGOSTO DE 2012

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Evaristo Carvalho

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Celmira Sacramento

Deolindo d' Mata

Adilson Managem

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas. Procedeu-se à tomada de posse de Deputados substitutos à Assembleia Nacional.

Antes da Ordem do Dia. – Em interpelação à Mesa, o Sr. José Viegas (MLSTP/PSD) lamentou a falta de cobertura da TVS à sessão e solicitou à Mesa que diligências foram feitas nesse sentido.

Ainda neste quadro, o Sr. Deputado Delfim Neves falou da distribuição do tempo para as intervenções de assuntos políticos relevantes.

Em declaração política, o Sr. Deputado Alcino Pinto (MLSTP/PSD) afirmou que esta Sessão Legislativa foi a mais improdutiva, tendo criticado o comportamento do Grupo Parlamentar que sustenta o Governo, do Presidente da Assembleia Nacional e também do Governo.

Em assunto de interesse político relevante, o Sr. Deputado Delfim Neves (PCD) também teceu críticas ao funcionamento da Assembleia Nacional nesta Sessão Legislativa e à actuação do Governo.

Também em assunto de interesse político relevante, o Sr. Deputado Cecílio Quaresma (ADI) falou sobre a pobreza em São Tomé e Príncipe, tendo citado o relatório sobre a «Análise da Vulnerabilidade» do País.

Ainda em assunto de interesse político relevante, o Sr. Deputado Adelino Pires Neto (MDFM/PL) falou do papel da oposição e também sobre a falta de materiais nos hospitais.

Ordem do Dia. – O Plenário aprovou, em votação final global, as propostas de lei n.ºs 14 e 18/IX/2012 –

Lei de Acesso ao Direito e à Assistência Judiciária e Lei de Programação Militar.

Usaram da palavra os Srs. Deputados Domingo Boa Morte e Domitília Trovoada, que fizeram a leitura dos respectivos relatórios da 1.ª Comissão.

De seguida, foi apreciado o relatório da Comissão de Inquérito sobre a Lota de Peixe, tendo feito uso da palavra, a diverso título, além dos Srs. Ministros das Finanças e Cooperação Internacional (Américo Ramos) e dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização (Arlindo Ramos), os Srs. Deputados Albertino Bragança (PCD), Elsa Pinto (MLSTP/PSD), Cecílio Quaresma (ADI), Carlos Correia (ADI), Rafael Branco (MLSTP/PSD), Hélder Paquete (ADI), Carlos Pinheiro (ADI), Martinho Domingos (ADI), Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD) e Delfim Neves (PCD).

Foi também apreciado o caso do Sr. Deputado Sebastião Lopes Pinheiro, tendo o Plenário aprovado a sua renúncia ao cargo de Deputado. Usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Delfim Neves (PCD), Carlos Pinheiro (ADI), Alexandre Guadalupe (ADI), Elsa Pinto (MLSTP/PSD), Idalécio Quaresma (ADI), Isabel Domingos (ADI) e Alcino Pinto (MLSTP/PSD).

Por último, foi aprovado o projecto de resolução n.º 47/IX/12 – Autoriza o funcionamento da 2.ª Comissão Especializada Permanente durante as férias parlamentares.

O Sr. Presidente declarou encerrada a 4.ª Sessão Legislativa às 15 horas e 35 minutos

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adérito de Oliveira Bonfim dos **Ramos**
Adilson Cabral **Managem**
Ainor Pereira **Novo** Vaz de Sousa
Alexandre da Conceição **Guadalupe**
André Varela **Ramos**
Bilaine Carvalho Viegas de **Ceita**
Carlos Alberto Pires **Pinheiro**
Carlos Manuel Cassandra **Correia**
Celmira de Almeida do **Sacramento**
Cecílio **Quaresma** da Graça **Sacramento**
Domingos José da Trindade **Boa Morte**
Domitília Portulêz **Trovoada** da Costa
Evaristo do Espírito Santo **Carvalho**
Flávio Pires **Mascarenhas** dos Ramos
Hélder **Paquete** Lima
Idalécio Augusto **Quaresma**
Isabel Mayza Jesus da Graça **Domingos**
José António do Sacramento Miguel
José da Graça **Diogo**
José Manuel Costa Alegre
Manuel da Graça José **Narciso**
Martinho da Trindade **Domingos**
Milton Viegas Fernandes **Lima**
Octávio da Costa de **Boa Morte** Fernandes
Paulo Jorge de Carvalho
Roberto Patrício das Neves **Lombá**

Movimento Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social Democrata (MLSTP/PSD)

Adllander Costa de **Matos**
Alcino Martinho de Barros **Pinto**
António Afonso **Ramos**
António Neves Sacramento **Barros**
Arlindo **Barbosa** Semedo
Beatriz da Veiga Mendes **Azevedo**
Célia Gentil Costa **Pereira**
Deolindo Luís da Trindade **da Mata**
Domingos **Monteiro** Fernandes
Elsa Maria d' Alva Teixeira **Pinto**
Filomena Sebastião Santana **Monteiro** d' Alva
Guilherme **Octaviano** Viegas dos Ramos
Jerónimo Pires **Quaresma**
Joaquim **Rafael** Branco
José da Graça **Viegas** Santiago
José Rui Tavares **Cardoso**
Manuel da Cruz **Marçal** Lima
Manuel Faustino Vaz Afonso Fernandes
Maria das Neves Ceita Batista de Sousa
Olinto Bragança **do Rosário**
Silvíia **Ambrósio** Gil do Espírito Santo

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Albertino Homem Sequeira **Bragança**
Ambrósio Gil do Espírito Santo
Delfim Santiago das **Neves**

Firmino João Raposo
Francisco Inácio da Silveira Rita
Herodes de Sousa Pontes Sacramento Rompão

Movimento Democrático Força da Mudança/Partido Liberal (MDFM/PL):

Adelino Pires Neto

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos proceder ao empossamento dos Srs. Deputados substitutos, em função dos pedidos de substituição dos diferentes grupos parlamentares.

Tem a palavra a Sra. Secretária, para proceder à leitura do acto de empossamento.

A Sra. **Secretária** (Celmira Sacramento): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados: Juntam-se a nós hoje cinco novos companheiros e, sem mais delongas, faço a leitura do Termo de Posse dos mesmos.

«Termo de Posse de Deputados à Assembleia Nacional.

Aos 15 dias do mês de Agosto do ano 2012, compareceram perante o Plenário da Assembleia Nacional os Srs. Deputados substitutos Adelino Pires Neto, Ambrósio Gil do Espírito Santo, Aínor Pereira Novo Vaz de Sousa, Olinto Bragança do Rosário e Manuel Faustino Vaz Afonso Fernandes, dos Círculos Eleitorais de Mé-Zóchi, Região Autónoma do Príncipe, Lobata, Cantagalo e Lembá, em substituição dos Srs. Deputados eleitos Hélder Cravid Bonfim de Menezes, Filomena Pina dos Prazeres, Levy Nazaré, Carmelita de Lima Taveira e Manuel Martins Quaresma, tendo os mesmos prestado juramento nos seguintes termos:»

Prestaram juramento nos termos constitucionais.

«E para constar, se lavrou o presente Termo de Posse que vai ser assinado por S. Exa. o Presidente da Assembleia Nacional, já assinado pelos empossados e por mim, a Secretária Permanente da Mesa da Assembleia Nacional, que o lavrou.»

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, estão reunidas as condições para a realização da plenária.

Temos o período de antes da ordem do dia. Como é regimental e habitual, a Mesa acabou de receber alguns pedidos de intervenções de interesse relevante. Tenho comigo um pedido do Grupo Parlamentar do PCD, com seis Deputados interessados em intervir neste período prévio e também tenho a manifestação do Sr. Deputado recém-empossado Pires Neto, que também requer uma intervenção.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Temos uma declaração política.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, neste período prévio há declarações políticas e o tratamento de assuntos de interesse político relevante. Devemos dar prioridade a declarações políticas, que devem ser feitas por representantes de cada grupo parlamentar e depois entraremos nesses assuntos. Estão previstos 60 minutos, como manda o Regimento, para este período e a sua distribuição vem feita no Boletim Informativo.

Portanto, o Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD quer...

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, temos uma questão prévia.

O Sr. **Presidente**: — Questão prévia ou declaração política?

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Não, não, um assunto prévio.

O Sr. **Presidente**: — Mas o assunto prévio não está claro. Neste período de antes da ordem do dia há declarações políticas...

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Vou fazer uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Está bem. Então, primeiramente, vamos completar a Mesa. Da parte do Grupo Parlamentar do ADI vamos convidar um Deputado para preencher a vaga na Mesa, porque temos falta de um secretário.

Pausa.

Então, passo a palavra ao Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD, para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados: O que me traz aqui tem a ver com uma resolução que aprovámos aqui ao nível da Assembleia, porque notoriamente sentimos que a Assembleia tem sido relegada para o último plano quando se trata da questão de cobertura das nossas sessões plenárias.

Temos sido penalizados durante toda esta Legislatura e por causa disso mesmo, por achar que temos razões legítimas para ter um outro tratamento ao nível da comunicação social, produzimos na devida altura uma resolução no sentido de direccionar comportamentos, para que a cobertura das nossas sessões plenárias sejam feitas com alguma eficácia e regularidade.

Na sessão que tínhamos preparado para o debate com o Sr. Primeiro-Ministro, sentimos que havia equipamentos aqui. Quando se levantou a questão de como se objectou essa possibilidade, com os fundamentos segundo os quais não havia opções técnicas nem equipamentos, ficou dissipada para quem tivesse dúvidas em relação a isso. Lamentavelmente, gostaríamos de dizer a Mesa que neste momento estamos a sentir que não há cobertura. Há uma máquina móvel que não garante uma cobertura eficiente dos trabalhos parlamentares.

Gostaria de deixar esta preocupação à Mesa, porque para nós seria uma questão prévia. Que expedientes foram feitos para que essa garantia fosse efectivada?

O Sr. **Presidente**: — A Mesa regista a sua preocupação e vai tentar pedir esclarecimentos ao sector competente sobre a falta anunciada.

Pausa.

Passemos então para a outra fase. Temos sete inscrições. Da parte do PCD são seis e...

Murmúrios e protestos do MLSTP/PSD e do PCD.

Há ou não cobertura televisiva?

O Sr. **Alexandre Guadalupe** (ADI): — Há sim.

O Sr. **Presidente**: — Na cabine estão a fazer-me o sinal de que há cobertura televisiva.

Vozes do MLSTP/PSD e do PCD: — Não, não é cobertura televisiva. É da Rádio Nacional.

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — A informação que nos chegou é que a Rádio está em directo, mas a Televisão está a gravar e depois vai transmitir.

Murmúrios gerais.

Vamos trabalhar ou não?

Da parte do Grupo Parlamentar do PCD só o Sr. Líder Parlamentar vai usar da palavra.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Não, não, disse que ia fazer uma intervenção. A declaração política não tem prioridade?

O Sr. **Presidente**: — A declaração política tem prioridade, mas não há.

Vozes do MLSTP/PSD: — Há sim senhor!

O Sr. **Presidente**: — Então tenham a bondade, se faz favor.

Segundo o Regimento, a declaração política pode ser feita até 10 minutos.

Tem a palavra o Sr. deputado Alcino Pinto, para uma declaração política do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — «Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Caras e Caros Deputados, povo de São Tomé e Príncipe: Chegamos ao fim de mais uma Sessão Parlamentar e, infelizmente, a mesma ficará marcada nos anais da nossa República como uma das mais improdutivas e, lamentavelmente, uma em que uma instituição basilar do edifício democrático, a

Assembleia Nacional, viu o seu papel ser banalizado e subalternizado, fruto de comportamentos pouco compatíveis com a dignidade e o respeito que são devidos a este órgão de soberania.

A situação é tanto mais preocupante quando foram os próprios Deputados aqui representados que, por omissão, acções e inacção, participaram neste processo de desvalorização do papel desta Assembleia.

Com todo o respeito que lhe devemos, Sr. Presidente, tenho que reconhecer que Vossa Excelência, o representante de todos nós, lamentavelmente e para nossa surpresa geral, também contribuiu com actos e comportamentos lamentáveis para esta situação. Esperávamos, talvez ingenuamente, que soubesse distanciar-se das suas obrigações partidárias e assumisse, no exercício do seu cargo, uma postura mais conforme com as responsabilidades que, colectivamente, em si depositamos.

Na realidade agravaram-se nesta Sessão as atitudes de desconsideração e falta de respeito que já se denotavam em sessões anteriores. Chegou-se ao extremo de não dar qualquer relevância a um discurso do Presidente da Assembleia Nacional só para encobrir as vozes dos Deputados da Nação». Espero que esta situação não se repita.

«Esta falta de respeito de natureza formal assumiu contornos mais gravosos quando Vossa Excelência não se dignou a comparecer na plenária para anunciar uma decisão, unilateralmente tomada por si, com motivações partidárias, quando no mínimo se exigia que o fizesse pessoalmente. Referimo-nos, evidentemente, ao episódio do adiado debate com o Governo.

Como se isso não bastasse e dentro de uma linha de actuação discutível, Vossa Excelência decidiu rejeitar uma moção de censura apresentada por um grupo parlamentar, com fundamentos inaceitáveis e insustentáveis. Arrogou-se de poderes que não tem, como de monarca se tratasse, esquecendo-se que fora eleito pelos seus pares». Pelo andar da carruagem, Sr. Presidente, talvez seja necessário que também o Presidente da Assembleia Nacional seja eleito por sufrágio universal directo.

«Mas tais episódios tinham já sido prenunciados com a fuga dos Deputados do Grupo Parlamentar minoritário aos debates agendados; com a recusa de os ministros participarem nos debates; com a obstinada e anti-democrática atitude de o Governo e, muito particularmente, do Sr. Primeiro-Ministro, em submeter a actividade governativa ao escrutínio fiscalizador da Assembleia Nacional. Pelo meio ficaram boicotes aos trabalhos das comissões parlamentares de inquérito e outras atitudes que não podemos deixar de condenar veementemente.

Em nome daqueles que se bateram e sacrificaram pela liberdade deste país e pela instauração do regime democrático, condenamos tais comportamentos e apelamos no sentido de, no início da nova sessão parlamentar, obrarmos todos para dignificar a Assembleia Nacional e o seu papel central no sistema democrático, que espero todos queiramos defender, intransigentemente, contra as investidas anti-democráticas que assistimos na Sessão que ora termina.

Sr. Presidente, tudo isto se passa num contexto de profunda crise económica e social com reflexos bastante negativos, não só nas condições de vida da maioria dos nossos cidadãos, mas também nos comportamentos e atitudes que são cada vez mais a negação da nossa maneira de ser e estar em sociedade.

Aumenta o roubo, a violência e o desrespeito na convivência entre os são-tomenses. Se muitos destes fenómenos podem ser explicados pela miséria causada pelo desemprego e pela ausência de fontes de rendimento estável, estamos em crer que a maior explicação se encontra na ausência de referências positivas, quer no seio da família, quer no seio das instituições dirigentes do País, quer no seio dos governantes. A nossa economia está bloqueada por falta de investimentos e pela falta de políticas adequadas em sectores vitais como a agricultura, as pescas e o turismo. O comércio interno está anémico e é cada vez maior o número de pequenos negócios que se afundam na insolvência.

O Governo elegeu o lema «mudar São Tomé e Príncipe». Decorridos que são os 2 anos de governação, o que mudou em STP?»

Murmúrios do ADI.

O Sr. **Alexandre Guadalupe** (ADI): — Muita coisa.

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — «O Governo foi para além dos limites que pode ser exigido aos são-tomenses. Que mudanças políticas foram realmente introduzidas e executadas? Que melhorias conheceu o cidadão são-tomense?

Apesar de ter beneficiado de um longo período de graça, marcado por uma visível estabilidade política, nunca outrora vivida por outras formações políticas, em que o MLSTP/PSD, consciente das suas responsabilidades para com povo são-tomense, tem de forma expressa contribuído para que o contraditório se faça, embora não se verificando o correspondente pelo partido no poder, quais foram as inovações introduzidas pelo Governo do ADI? Qual é a sua marca? Importa saber o que este Governo já fez e que emerge da sua própria iniciativa.

Desde a restauração da democracia até aos dias de hoje nunca se viu, nem se percebeu um governo tão amorfo...»

Murmúrios do ADI.

«O Governo está paralisado; os ministros mostram uma fraca capacidade na condução dos seus departamentos ministeriais; os ministros não respondem às solicitações que lhes fazem e, quanto respondem, é para contra atacar com alegações revanchistas. O Governo está permanentemente na defensiva. O Governo não tem estrutura, visão histórica e sentido de Estado. Enquanto isso, o Governo navega entre promessas continuadas de soluções de médio e longo prazos e acções pontuais sem qualquer orientação estratégica sustentada.

É preciso que nos entendamos sobre o seguinte, Sras. e Srs. Deputados. Sublinho, é preciso que nós nos entendamos sobre o seguinte: nós, o MLSTP/PSD, nada temos contra os projectos anunciados pelo Governo. A nossa reserva reside na falta de transparência e na falta de respeito pelas leis da República que caracteriza a negociação dos mesmos. Na realidade, alguns deles foram anunciados por nós, negociados por nós ou estavam em vias de negociação no quadro da estratégia denominada «Novos Horizontes» que, aliás, foi integrada na elaboração de um plano a médio prazo com o apoio dos nossos parceiros de desenvolvimento». Por isso, não entendemos quando, arrogantemente, dizem que o MLSTP não tem propostas a apresentar à Nação. O que estão a fazer resulta das nossas propostas e estão a executar mal.

«Infelizmente não sabemos a sequência que foi dada a este processo de planificação. Apesar dos ganhos registados nos últimos anos e a herança deixada por outros governos, o desempenho do Governo não se traduz numa eficaz prestação dos serviços sociais essenciais, num bom ambiente de negócios para as empresas nacionais e no combate à corrupção no País, esta última estratégia consagrada pelo Governo do ADI como seu cavalo de batalha.

É preciso enfatizar também que o Governo herdou uma série de projectos e iniciativas que visavam lidar com os problemas estruturais da nossa economia. Citemos alguns exemplos: a reforma fiscal, incluindo a reforma alfandegária, que tem permitido a arrecadação de receitas a um nível bastante razoável e que deveria contribuir para a redução do deficit; o acordo de paridade com o euro deveria ajudar a manter a inflação a níveis muito inferiores que se registam actualmente.

No domínio das infra-estruturas, é preciso ressaltar o Liceu da Piedade, a estrada de Caué, o acordo para a construção do porto de águas profundas, as negociações para a reabilitação do Porto de Ana Chaves e do Aeroporto Internacional de São Tomé e Príncipe e o acordo de financiamento para a instalação do cabo submarino.

O Governo do ADI tem-se vangloriado de que a taxa de inflação tem ido muito baixa. Não...»

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, já estão os 10 minutos esgotados.

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — O que é que devo fazer, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente**: — Se quiser continuar vai diminuir depois na parte do MLSTP/PSD nas questões de interesse relevante.

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — Sim. Posso continuar na parte do MLSTP/PSD, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente**: — Se assim entenderem...

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sim, sim.

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — Obrigado Sr. Presidente.

«A taxa de inflação está muito alta. Nos últimos meses tem-se registado uma galopante subida de preços. É de realçar, no entanto, que ela ainda está neste nível graças à sábia decisão do governo anterior, materializada no acordo de câmbio, que permitiu a taxa de fixação do câmbio ao euro. Se não fosse este, a taxa de inflação, meus senhores e minhas senhoras, estaria hoje a rondar, talvez, os 30%. Este tão importante acordo só foi possível ao Governo de então graças a um muito bom ambiente económico proporcionado pela boa gestão financeira. O Governo sabe que está pondo em causa este acordo se continuar a se financiar no Banco Central. Que gestão orçamental o Governo está a fazer se para fazer as despesas correntes, como o pagamento do salário, tem que pedir dinheiro emprestado?

A situação financeira do País, meus senhores e minhas senhoras, está de rastos, está de rastos. Basta analisar os números publicados no *site* do Banco Central para ver que as reservas externas do País bateram no fundo.

O aumento da produção da energia em cerca de 12 *megawatts*, a negociação com a Espanha do projecto de apoio à agricultura e pescas e abastecimento de água aos Distritos de Mé-Zóchi e Água Grande, dentre outros, foram heranças boas que este Governo conseguiu obter.

Sras. e Srs. Deputados, depois de 2 anos de governação não conseguimos vislumbrar, para além da propaganda levada a cabo por órgãos da comunicação social estatal e a recusa sistemática de permitir pontos de vistas divergentes, qualquer orientação de dar ao País um novo rumo. Face a este quadro difícil,

o Estado tem realizado acções com financiamento fora do orçamento, praticando uma desornamentação sem controlo.

Muitas destas obras são adjudicadas sem qualquer concurso e nalguns casos a empresas não são-tomenses. A consequência é que os custos são mais altos e nalguns casos as referidas empresas nem pagam os impostos devidos...»

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Vocês só gostam de boleia.

Sr. Deputado, na última sessão já lhe disse o tem que fazer. Use os microfones.

«Sr. Presidente, o MLSTP/PSD não contesta a legitimidade de o ADI assumir o Governo. Não precisamos dizer em que condição a maioria relativa foi obtida, numa clara violação do jogo democrático. Dizemos sim que o ADI governa sem sustentabilidade parlamentar e adopta procedimentos indecorosos para ir-se subtraindo a necessidade de reconhecer com humildade que, não tendo maioria, deveria, em concertação – e isso sim exige em democracia diálogo e negociação com os partidos da oposição – chegar a acordos fundamentais sobre a governação do País. A atitude arrogante do Governo do ADI aumenta a tensão política e abre caminho para crises que todos sabemos que o País não pode suportar».

A propósito, deixe-me recordar ao Sr. Deputado que fala de boleia que em democracia os governos minoritários podem e devem governar, simplesmente que há uma diferença: o nosso sistema está concebido para que os governos tenham sustentabilidade parlamentar e deriva de, quando um partido tenha minoria, a nossa Constituição obriga a duas coisas, que o Presidente nomeia o Primeiro-Ministro, tendo em conta os resultados eleitorais. Isso obriga a quê? Obriga que, para a estabilidade governativa, o partido minoritário, podendo governar, deve fazer, ou acordos de incidência parlamentar, ou chamar outros partidos para a sua governação. Não se trata de boleia. Temos um exemplo próximo de nós, Portugal...

Murmúrios e protestos do ADI.

O que aconteceu, Srs. Deputados? Os Srs. Deputados sabem que o Governo nasceu torto por uma razão muito simples: o ADI, ao ganhar as eleições, o Sr. Primeiro-Ministro foi arrogante, ao ponto de querer interferir nas outras formações políticas, quando disse – e isso está gravado – «o ADI não fala com o MLSTP/PSD e não fala com o PCD enquanto não mudar as suas respectivas lideranças». Isto o que é que é em democracia, meus senhores? Democraticamente, os partidos políticos como o MLSTP/PSD devem fazer as mudanças quando assim entenderem...

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Quem ganha, governa!

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — Estamos de acordo, Sr. Deputado, que quem ganha deve governar. Apenas estamos a chamar atenção para a necessidade da sustentabilidade, porque se o ADI tivesse sustentabilidade não estaria hoje a promover actos indecorosos de financiamento de cidadãos, falando de manifestação sem rosto, quando é o próprio Governo e o seu líder a organizar manifestações sem rosto.

Murmúrios do ADI.

«O MLSTP/PSD entende que, em democracia, a oposição faz parte do sistema de governação e a sua principal tarefa é fiscalizar a acção governativa. Infelizmente, neste capítulo, o Governo tem feito tudo para se furtar da acção fiscalizadora da oposição, utilizando artimanhas e procedimentos próprios de partidos totalitários, em que a comunicação social está vedada ao serviço da oposição e apenas ao serviço da chefia do Governo.

Perante tal quadro, o futuro nos reserva uma situação intolerável e muito perigosa. O País está no limiar muito elevado da capacidade de sofrimento da sociedade...»

O Sr. **Alexandre Guadalupe** (ADI): — Isto é política.

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — «Temos a certeza que a base eleitoral que elegeu esta débil maioria, sem sustentabilidade parlamentar, não tem hoje nenhuma identificação com a política que esta a ser seguida...»

Uma voz do ADI: — Será?

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — «A situação do País é grave e isto deve-se a medidas improvisadas e para inverter o quadro actual não é apenas fazer ajustes eleitoralistas, é preciso inverter a política. Repito, é preciso inverter a política!

O estado da Nação está pior e a culpa é de um erro de diagnóstico e de um erro de política por parte do Governo que, ao longo destes 2 últimos anos demonstrou uma total obsessão por viagens em detrimento do trabalho.

Aplausos do MLSTP/PSD.

Murmúrios e protestos do ADI.

Srs. Deputados, o microfone está à disposição de cada um, sejamos educados.

O Sr. **Presidente**: — Conclua, Sr. Deputado.

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — Vou concluir, Sr. Presidente. Estou no tempo do meu Partido.

«O Governo do ADI elegeu o diálogo, a transferência e o combate a corrupção como linhas de força da sua governação, mas o que se constata é um total desrespeito às leis da República e mau relacionamento institucional com outros órgãos...

Protestos do ADI.

Se não vejamos: é do conhecimento de todos que está em curso um inquérito parlamentar para apurar em que circunstância a lota de peixe foi parar nas mãos de um grupo privado, sem que, no entanto, fossem cumpridas de forma sequencial as regras de concessão do património do Estado...»

O Sr. **Domingos Boa Morte** (ADI): — Esse relatório nem foi aprovado ainda.

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — «O Governo ignorou todo este processo e, mais, incentivou o avanço das obras e a abertura do empreendimento...»

Murmúrios e protestos do ADI.

Estou, meus senhores, a expressar o ponto de vista do meu partido. Se quiserem ser militantes do MLSTP/PSD, a Casa está aberta!

Murmúrios e risos gerais.

«O povo de São Tomé e Príncipe precisa saber que tal acto evidencia corrupção.

Protestos do ADI.

Podem provar o contrário? O púlpito está à vossa disposição.

Sras. e Srs. Deputados, apesar de o Governo apregoar, de forma enganosa e sistemática, o bom desempenho da economia, as relativas performances macroeconómicas não são conducentes com a melhoria da vida das populações. A Nação são-tomense assiste às vossas movimentações, em que o Primeiro-Ministro negocia, pessoalmente, o futuro de todos nós como se de propriedade privada sua se tratasse, sem que houvesse uma concertação com os diferentes actores nacionais.

A opacidade em que constrói as suas engenharias público-privadas leva-nos a questionar qual é o real quadro de investimentos em que engajou São Tomé e Príncipe, quando se tornam efectivos os tais investimentos e qual é a moeda de troca do nosso país.

A perda contínua de competitividade do sector primário, a decadência da produção agrícola e a fraca produção industrial fragilizam o sector de exportação. O tecido empresarial, já por si incipiente, tende a desaparecer, registando-se sucessivas falências das médias empresas. É notório o empobrecimento da classe média/alta perante as políticas do actual Governo».

O Sr. **Alexandre Guadalupe** (ADI): — Isso sim.

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — «Assistimos a uma contínua diminuição do poder real de compra dos cidadãos e ao aumento desmesurado do sector informal improdutivo, com o inevitável aumento da pobreza». Os Srs. Deputados sabem que o índice da pobreza está a aumentar.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, o seu tempo está a esgotar-se.

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, já que me faz o apelo para terminar, vou terminar.

«Sr. Presidente, o que se espera de si é que exerça o papel de Presidente da Assembleia, no estrito cumprimento das regras e que seja um facilitador no exercício democrático.

Ao Governo e, particularmente, ao Sr. Primeiro-Ministro, enquanto Chefe do Governo, queremos relembrar que o seu slogan de campanha eleitoral foi «deixa-nos trabalhar». Pois, o que nós queremos é que comece a trabalhar.

Estamos atentos às manipulações palacianas e situações forjadas ao arripio das leis da República. Nós, o MLSTP/PSD, Partido promotor das conquistas democráticas, não desistiremos de lutar pela defesa das nobres causas do povo são-tomense...»

O Sr. **Presidente**: — Termine, Sr. Deputado, está na hora.

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — «Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, depois das férias parlamentares, havemos de nos encontrar.

Até breve!»

Aplausos do MLSTP/PSD, do PCD e do Sr. Deputado do MDFM/PL.

O Sr. **Presidente**: — Neste período prévio, o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD já não tem tempo, está ultrapassado.

Agora dou a palavra ao Sr. Deputado Delfim Neves, para uma intervenção.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Deputados: Antes de fazer a intervenção, tenho um ponto prévio para reflexão dos Srs. Deputados, relativamente ao período em que nos encontramos, no que tange ao tempo.

Se os Deputados que devem intervir têm que fazer inscrição antecipada na Mesa da Assembleia, penso que o tempo reservado para esse período deve ser distribuído, estritamente, para os Deputados que se inscreverem, porque desta maneira estaremos a subtrair o tempo, penalizando os outros.

Murmúrios do Sr. Deputado Domingos Boa Morte.

Se o Sr. Deputado não percebeu, vou explicar. Portanto, este período tem 60 minutos para os que vão intervir. Distribui-se pelos grupos parlamentares, mas há pessoas que nem se quer se inscrevem e subtraem o tempo que os outros deviam utilizar.

Murmúrios e protestos do ADI.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Meus senhores, é só para reflexão.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — É para reflexão, no quadro regimental.

Sr. Presidente, não vamos fazer uma declaração política, porque se tivéssemos que fazer iria ser quase semelhante à última, ou seja, a declaração política feita pelo Sr. Deputado Alcino Pinto. Não podemos nunca fazer a arte de miupismo, sobretudo quanto ao que se passou nesta Legislatura. Estamos numa Casa Parlamentar, onde o debate, para haver o contraditório, é que se traduz em democracia, no entanto, temos sentido um receio do Governo, em conluio com a própria Mesa da Assembleia e dos Deputados do poder, de modo a desviar a atenção da população daquilo que é essencial para coisas supérfluas que, a nosso ver, nunca serão concretizadas.

Murmúrios e protestos do ADI.

Mas, Sr. Presidente, fala-se muito da estabilidade, que o ADI, depois de 20 anos elegeu agora como lema, quando foi o grande promotor durante 18 anos, digamos assim, de instabilidade...

Protestos do ADI.

Se quiser aponto os exemplos. Ouvi cá falar de boleias. Quantas e quantas vezes o ADI esteve de boleia?

Protestos do ADI.

Querem que lhes diga?

Vozes do MLSTP/PSD: — Não é necessário.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — O ADI esteve no governo do MLSTP/PSD que tinha como Primeiro-Ministro o Sr. Armindo Vaz. Esteve ou não de boleia?

Murmúrios do ADI.

Não, não é boleia, era só de atrelado.

Ouvi cá falar também de algumas questões que me preocupam. Quando se fala da instabilidade e quando querem imputar a responsabilidade da instabilidade à oposição, quando o próprio partido no poder e o seu Governo estão a promover a instabilidade, numa estratégia de arrogância, convencidos de que se forem para as eleições antecipadas irão ganhar com maioria absoluta.

Murmúrios do ADI.

Estou a frisar aquilo que disse o Líder do MLSTP/PSD na *Radio France International*. Se não ouviram, passo a citar: «A oposição tem medo de ir para as eleições, porque se for o ADI ganhará com maioria absoluta». Portanto, quem está a promover a instabilidade é o Governo e o seu ADI, e deve assumir essas responsabilidades.

Vou voltar para a Casa. Sr. Presidente, o senhor foi eleito dentre os seus pares...

O Sr. **Domingos Boa Morte** (ADI): — Pelo senhor não!

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — O senhor não votou para Pinto da Costa, mas o mesmo é o seu Presidente, está bem? É só um exemplo.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Ponto final, parágrafo, travessão!

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Portanto, o senhor deve respeitar o órgão e os seus pares e nunca assumir as suas decisões sem que tenha anuência da Conferência de Líderes, onde os Deputados, no seu todo, estão devidamente representados.

O senhor tem estado a facilitar o Governo. Compreende-se, é o Vice-Presidente do Partido no poder, mas não deve violar as leis. Deve proteger, deve participar porque o senhor é um político...

O Sr. **Domingos Boa Morte** (ADI): — Por favor, respeite o Presidente!

Murmúrios do ADI.

O Sr. **Flávio Mascarenhas** (ADI): — O Sr. Presidente!

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Deputado Flávio tem a palavra.

Portanto, o que achamos é que o senhor deve presidir o órgão com isenção, transparência e com alguma elegância. O que temos estado a ver é o contrário do Sr. Evaristo Carvalho que se conheceu no passado. Por isso é que chamamos atenção quanto a isso.

Aquilo que aconteceu nesta Sessão Legislativa, sobretudo a suspensão de um debate solicitado por grupos parlamentares, não é de modo algum uma estratégia inocente, foi propositada, para provocar instabilidade na Assembleia e para que haja a sua dissolução.

Vozes do ADI: — Oh!

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Mas os seus promotores devem assumir as suas responsabilidades e nunca passar a bola para o lado que não tem culpa dessa situação.

Quando falo que a Assembleia está numa situação de subalternidade total perante o Governo, vou dar alguns exemplos: fixou-se na Conferência de Líderes o dia 10 para qualquer Deputado ou grupos parlamentares apresentarem iniciativas de projecto de lei de revisão constitucional. Nesse dia alguns Deputados apresentaram...

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, conclua porque já excedeu o seu tempo.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Vou concluir.

Portanto, alguns Deputados apresentaram uma iniciativa à Mesa da Assembleia. Mal o documento entrou, já tinha cópias espalhadas pela rua, sem que fosse publicado. Embora sendo um documento público, não há qualquer receio deste documento ser visto por qualquer autor político ou pela população. O que nos estranha é que o documento que deu entrada, inicialmente, que foi alterado depois, o projecto final, não foi distribuído e está a induzir algumas pessoas em erro. Ouvi dizer que o PCD teve a iniciativa de

revisão constitucional, mas que eu saiba o PCD, como nenhum outro partido qualquer, tem poderes de iniciativa. Não se faz nenhuma proposta de lei vendo pessoas.

Estranhamente ficamos a saber que, há quatro anos para irmos para as eleições presidenciais, já há candidatos anunciados. Não sabíamos! Uma pessoa que diz que a iniciativa não tem pernas para andar, mas fez comentários tristes. Essa intervenção foi infeliz.

Daí que devo dizer ao Sr. Presidente que o Grupo Parlamentar do PCD registou todas as suas atitudes nesta sessão que termina hoje, tirará as suas ilações e, posteriormente, fará saber qual vai ser a sua atitude perante essa situação. Não vamos permitir que o órgão colegial tenha esse tipo de tratamento que temos estado a ter.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

O Sr. **Presidente**: — Terminou também o tempo reservado ao Grupo Parlamentar do PCD neste período prévio.

Ainda temos o pedido de intervenção do Grupo Parlamentar do ADI.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cecílio Quaresma, para uma intervenção.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, ele está inscrito?

O Sr. **Presidente**: — Está inscrito. Inscreveu-se através do seu Líder Parlamentar, no início.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — A informação que tenho é que ele não está inscrito!

O Sr. **Presidente**: — Logo no início se inscreveu.

Vozes do MLSTP/PSD: — Mostrem-nos a inscrição.

O Sr. **Presidente**: — Por acaso não tenho que justificar, mas todas as inscrições fizeram-se depois de estarmos aqui.

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Na verdade venho para esse púlpito, porque depois de ouvir alguns discursos fiquei um pouco triste, mas, enfim, a democracia é mesmo assim e temos que tentar fazer tudo com o que temos e mais nada poderemos fazer. É o País que temos. Enfim!

Pura e simplesmente venho para aqui porque já há muitos anos que falam da pobreza em São Tomé e Príncipe e ninguém assume. Só que estão a atirar pedras uns aos outros e pergunto uma coisa: será que São Tomé teve a independência em um de Agosto de 2010?

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — E Príncipe!

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Desculpe, São Tomé e Príncipe.

Ora, tenho aqui um relatório nas mãos e peço às Sras. e aos Srs. Deputados, que muitas vezes é bom fazermos a leitura de alguns documentos de São Tomé, porque eles...

Vozes do MLSTP/PSD e do PCD: — E Príncipe!

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — E Príncipe. Portanto, porque esses documentos nos poderiam permitir ter uma noção real dos problemas em que o País se encontra metido há muitos anos.

Ora, o relatório chama-se «Análise da Vulnerabilidade» e São Tomé e Príncipe, neste momento, é um país que está dentro da vulnerabilidade de vários tipos e várias ordens. É um balanço no que concerne a pobreza em São Tomé, de 2000 a 2009...

Vozes do MLSTP/PSD e do PCD: — E Príncipe.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — É que eles não gostam mesmo do Príncipe.

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — São Tomé e Príncipe. Felizmente tenho esse relatório. Quem fez esse relatório é pessoas...

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — São pessoas.

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — ...são pessoas com capacidade de análise e na verdade o mesmo demonstra o grau da pobreza e como é que ela se encontra no País. Estamos neste momento a fazer o

quê? Estamos a atirar pedras, o fulano é que é culpado, partido tal é que é culpado e então pergunto, quem é o culpado da pobreza em São Tomé e Príncipe?

Ouvi aqui várias vezes dizer que o Governo não tem capacidade, que não está a usar a capacidade das pessoas que existem em São Tomé e Príncipe e pergunto: onde é que estiveram todas essas capacidades no País que temos? Até que nunca tivemos guerra em São Tomé, mas quando paramos e vemos para São Tomé e Príncipe parece que tivemos furações e guerras.

Risos do ADI.

Ora, vou fazer uma pequena leitura desse texto. Aqui diz que «De acordo com o relatório do desenvolvimento de 2007, São Tomé e Príncipe é um dos países menos desenvolvidos, com um índice de desenvolvimento humano de 0,654%, classificando-o na posição 123 no grupo dos países considerados mais pobres.

Murmúrios.

Segundo o INE, a pobreza afecta 53,8% da população total do País...»

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Hoje já são 64%.

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — Sim, está a aumentar.

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — ... «...e a pobreza extrema atinge 15,1% da população são-tomense.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Actualize os dados!

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — «O inquérito sobre as condições de vida das famílias que permite definir o perfil da pobreza em São Tomé e Príncipe, em Fevereiro de 2001, utilizou o método dos rendimentos médios e determinou que o limiar da pobreza em São Tomé e Príncipe era de 2638.18 por ano, cerca de 294 dólares por ano. Este valor apenas cobra despesas mínimas de uma refeição diária e algumas despesas não alimentares, vestuário, alojamento e combustível para a confecção das refeições.

A degradação das infra-estruturas no meio rural e as consequências nefastas que daí advieram provocou um grande fluxo migratório para as zonas suburbanas e urbanas, dando assim origem a uma forte concentração da população na capital do País.

É desta forma que a população urbana, estimada em 44% da população total, em 1992, passou a 55,6% nos finais do ano 2000. O rendimento, que não tem sido acompanhado de um planeamento físico e territorial...». Com isso estamos a dizer o quê? Que a nossa pobreza não está concentrada agora...

Murmúrios gerais.

...quer dizer que o ADI herdou um país pobre e não é fácil, em 2 anos, dar respostas a tudo isso que ouvi ainda hoje...

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — Mas vocês não sabiam disso?

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — ... através de pessoas que eram dirigentes, ministros e directores.

Pergunto: se analisarmos São Tomé e Príncipe, o que é que vamos encontrar no País em relação a isso?

Vozes do MLSTP/PSD: — A situação agravou-se nos últimos 2 anos.

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Por isso acho que é necessário encontrar uma forma própria para o trabalho e não criticar por criticar, porque não vamos a lado nenhum com tudo isso.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Pires Neto, para uma intervenção. É o único representante do MDFM/PL.

O Sr. Deputado tem 3 minutos.

O Sr. **Adelino Pires Netos** (MDFM/PL): — Sr. Presidente, quando o bom filho regressa à casa, acho que o pai e a família deviam dar-lhe algum carinho, mais 1 ou 2 minutos.

Risos gerais.

Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados: Talvez me dirija mais para o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, porque é um homem maduro, que esteve deste lado ontem e hoje encontrei-me consigo do outro lado.

Sr. Ministro, já ouvi aqui as declarações e acho que a culpa está em todos nós e temos que assumir, somos são-tomenses. Queria dizer ao senhor que como o vosso lema é «deixem-nos trabalhar», também deixem-nos fazer oposição em democracia.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Muito bem!

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

O Sr. **Adelino Pires Netos** (MDFM/PL): — Sr. Ministro, todos fomos para as eleições e fomos eleitos, só que o povo se dividiu, deu uma parte ao ADI e a outra aos outros partidos, para fazerem oposição: fiscalizar, dizer o que está mal, aconselhar e fazer tudo isso. É democracia.

Vozes do ADI: — Agora sim!

Aplausos do ADI.

Agora, Sr. Ministro, em base de uma mensagem crítica, somos todos são-tomenses e vou dizê-lo na nossa língua mãe: Sr. Ministro, «*inem sun sa ninguê cu bila lico plovíá di ximidô, a bila lico, a na cumpli plomeça fá, cuidado cu vida*».

O que estou a dizer é importante, estou a falar em nome do MDFM/PL.

Depois, Sr. Ministro, em qualquer um governo quando se ouve críticas é porque qualquer coisa está mal. Quero dizer aos senhores, disto não tenho receio, tenho aqui uma coisa que as pessoas que trabalham no hospital sabem o que é. O nosso hospital, Sr. Ministro, está com falta disto há quase 6 meses...

Murmúrios e protestos do ADI.

Estou a falar e quem quiser ter a certeza que vá lá ao hospital!

Portanto, Sr. Ministro, creio que isto é uma carga muito leve que qualquer pessoa quando faz uma viagem pode até trazer 1000 ou 3000 coisas dessas.

Como estamos a falar da saúde, vou-lhe dizer uma coisa: o povo nesse momento está sem saúde e sabe onde está concentrada a saúde? No Ministério! Quem conhece as pessoas que estavam no Ministério ontem e vê as que estão lá hoje, vê que toda a saúde concentrou-se lá.

Aplausos do MLSTP/PSD.

Portanto, sei que há pessoa que não gostam, mas sou da oposição e isto é o meu trabalho! Isso é um conselho para todos os outros...

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se, conclua se faz favor.

O Sr. **Adelino Pires Netos** (MDFM-PL): — Disto já sabia. Até não sei como me deram 3 minutos, mas vão dar-me mais um bocado...

Risos.

O Sr. **Presidente:** — Conclua, se faz favor.

O Sr. **Adelino Pires Netos** (MDFM-PL): — Sr. Presidente, ao ouvir aquilo que aconteceu, vim já duas vezes aqui para tomar posse e para mim foi uma vergonha. Hoje talvez tomei posse porque tinha que tomar um «banho», senão não conseguia.

Acho que é uma vergonha para a nossa Assembleia, aqui é a nossa Casa. Anteriormente ouvia as pessoas dizerem que as coisas noutras legislaturas estavam bastante feias, estavam críticas e agressivas, mas esta Legislatura, para mim, está pior, porque não há educação de um para com outro. Peço aos senhores que melhorem mesmo essa situação.

Sr. Presidente, voltarei quando for preciso.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente:** — Estou convencido de que terminamos o período prévio...

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Não, temos ainda o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia, para uma intervenção.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados: Antes de começar a minha intervenção, gostava de desejar um bom 15 de Agosto a toda a população do Príncipe neste dia de hoje, a festa de São Lourenço.

Gostava que também de, aos residentes na Região Autónoma do Príncipe, tanto os nacionais como os estrangeiros que aí dedicam a sua vida, dando o seu melhor para que aquela ilha também cresça em par de igualdade com a de São Tomé, desejar boas festas de São Lourenço e também desejar boa estadia ao nosso Primeiro-Ministro e chefe do Governo.

Aplausos do ADI.

Sr. Presidente, a minha primeira intervenção vem na base de uma crítica e uma pergunta, que passo a fazer a si. Qual é a diferença entre os Deputados são-tomenses eleitos na ilha de São Tomé e os Deputados são-tomenses eleitos na ilha no Príncipe?

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Porquê?

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Esta minha questão vem na base de que, como é possível que os Deputados são-tomenses eleitos na ilha de São Tomé passam as suas festas regionais, nacionais e até aquelas que são internacionais – falo das festas do Natal e do Ano Novo – junto do seu eleitorado e da sua família e os eleitos na ilha do Príncipe não o podem fazer nunca?

Murmúrios gerais.

Participei, Sr. Presidente, por razões de circunstâncias, ultimamente, na festa de Santana, de Cantagalo, e outras que agora não me lembro. Na festa de 15 de Agosto, que é a festa do Príncipe, histórica e com uma cultura de algum renome, os Deputados do Príncipe são obrigados a estarem cá hoje nesta sessão, porque alguns dos Srs. Deputados, quando algumas coisas lhes convêm, tudo bem; quando não lhes convêm, não há bom senso. Nas decisões das reuniões dos Líderes Parlamentares, disse e disse muito bem aqui um Deputado, todos os Deputados estão aí representados, mas onde estão estes líderes que não defendem estas datas, de forma que a Mesa pudesse também enquadrar a reunião plenária na altura certa, em que não haja cruzamentos deste tipo?

Murmúrios gerais.

Sr. Presidente, terminando esta minha questão, ouvi aqui também muito atentamente os Deputados que me antecederam falar que o Governo não tem sentido de Estado. O Sr. Deputado Alcino Pinto disse que este Governo é um Governo sem sentido de Estado. Tenho a certeza de que, associando as atitudes governamentais deste Governo ao actual Presidente da República, são os órgãos de soberania com maior sentido de Estado que alguma vez conheci neste país. Não sou tão novo assim, Sr. Deputado. Já tivemos governos muito abandonados e muitas outras figuras. Portanto, acho que a sua intervenção foi infeliz...

Murmúrios do MLSTP/PSD.

... porque o Governo tem dado provas de sentido de Estado e também tenho visto o nosso Presidente da República demonstrar sentido de Estado.

Vozes do ADI: — Agora sim.

Protestos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Líder Parlamentar, com a sua permissão, temos tempo, posso continuar a falar ou não?

Vozes do ADI: — Pode continuar a falar.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Então, com a permissão também do Sr. Presidente da Assembleia...

Murmúrios e protestos do MLSTP/PS e do PCD.

Escutem-me, por favor!

Risos do ADI.

O Sr. Deputado Alcino Pinto ainda disse que as obras que este Governo está a fazer são obras iniciadas por governos de Vossa Excelência. Ok, Sr. Deputado. O que diz as nossas leis? Não diz que deve haver continuidade de Estado?

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — Isso não está em lei nenhuma!

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Diz o contrário?

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — O senhor é que está a dizer.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Aí é? Em matéria de quê então? A Constituição diz que deve haver continuidade de Estado e se Vossa Excelência fez uma obra de boa fé para este povo não é este Governo que iria impedir. Então, Vossa Excelência devia bater palmas. Batam lá palmas, porque este Governo está a fazer tirar o chapéu!

Murmúrios e risos do ADI.

Vocês deram o pontapé de saída, mas não souberam gerir!

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — O senhor é uma vergonha pública.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Que seja, Sr. Deputado! Que seja uma vergonha pública, mas que não seja a vossa própria vergonha. Estou a passar mais vergonha do que a que o senhor está a passar perante o povo?

Protestos do MLSTP/PSD.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — O senhor está a falar para mim?

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — O senhor falou para mim e estou a responder-lhe. Quem diz o que quer, houve o que...

Vozes do ADI: — Não quer.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Complete, Sr. Deputado.

Risos do ADI.

O Sr. **Presidente:** — Gostaria que avançássemos porque neste período não há debate.

Murmúrios e protestos do Sr. Deputado Alcino Pinto.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — O senhor que espere a sua vez e depois fale!

Ouvi também o Sr. Deputado falar de subidas de preços galopantes. Sr. Deputado, vamos falar também da destruição galopante que este país conheceu durante os 37 anos.

Vozes do MLSTP/PSD e do PCD: — Os 2 anos do ADI também já contam?

Risos do MLSTP/PSD, do PCD e do MDFM/PL.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — 37 menos 2 quanto é que dá, Sr. Deputado?

Murmúrios e risos gerais.

Fica positivo ou fica negativo?

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Vá lá fazer as contas!

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Srs. Deputados, os Srs. querem vir cá falar da situação difícil do País? Pelo menos conheci Vossas Excelências, ora no governo, ora ao lado do governo, ora a reboque. Nunca vos conheci noutras posições. Quem é o maior responsável por esta galopante destruição?

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Nós todos!

Vozes do ADI: — Nós todos não!

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — É o ADI que só tem 2 anos?

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sobretudo o ADI.

Murmúrios e protestos do ADI.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — O Sr. Deputado Alcino Pinto falou ainda de obras do Governo sem concurso público. Sr. Deputado, já houve ou não obras de governos chefiadas, dirigidas, acompanhadas ou a reboque de Vossa Excelência?

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Governo chefiado.

Murmúrios e risos do MLSTP/PSD e do PCD.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Chefiada por Vossa Excelência e que não houve concurso público? Houve ou não? Responda-me por favor!

Murmúrios gerais.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Não insista, Sr. Deputado.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — O senhor é que não insista na destruição galopante deste país!

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — Cuidado com a saúde, meu caro. O senhor é muito novo.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Não sou tão novo assim. Isso já me chateia e já chateia o povo.

Vozes do MLSTP/PSD e do PCD: — Oh!

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Estamos fartos desta situação do País! Portanto, o senhor que não nos venha enganar.

Aplausos do ADI.

Sr. Deputado, sou daquele que já sofri na pele. Posso mostrar-lhe as marcas, tenho provas, destes 37 anos deste país. O senhor não é mais são-tomense do que eu!

O Sr. **Alexandre Guadalupe** (MLSTP/PSD): — Exactamente!

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — Também nunca disse isso.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Não tenho nada contra o MLSTP/PSD, respeito-o. É um partido histórico e todo o mundo o sabe. Aí dos meus filhos, os de hoje e os que nascerão amanhã, que não falem do MLSTP! Agora, das vossas pessoas, como mau gestores, também terão que falar.

Aplausos do ADI.

Vozes do ADI: — Está muito bem.

O Sr. **Presidente:** — O senhor já concluiu?

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Este senhor já não tem tempo!

O Sr. **Presidente:** — Faça o favor de concluir.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Deputado, volto a perguntar-lhe: a obra do aeroporto teve concurso público? AGRIPALMA teve concurso público? ENAPORT, o Porto, houve concurso público? Porquê que só agora é que os Srs. Deputados se lembraram disso?

Vozes do ADI: — A ENCO...

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Olha, estão a informar-me agora, a ENCO teve concurso público?

O Sr. **Alexandre Guadalupe** (ADI): — Nem vale a pena continuar.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Convenhamos, Srs. Deputados!

O Sr. **Domingos Boa Morte** (ADI): — Bandidos!

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Estou magoado com Vossas Excelências, mas não estou magoado com o partido MLSTP. Nunca! Conheço a história, já a li. Nasci 2 anos antes da independência, mas conheço a história e também já li alguma coisa e pude estar informado do que é que era o CLSTP e o MLSTP. Não é essa má gestão e ninguém me venha dizer que é isto. O País hoje é independente e muito bem graças aos nossos heróis e à nossa heroína Alda do Espírito Santo. Era isso que ela queria que Vossas Excelências fizessem com o País?

Murmúrios gerais.

Ela hoje que está no mundo da verdade, se calhar não está satisfeita.

O Sr. Deputado Alcino Pinto por fim disse, e muito bem, «depois das férias parlamentares havemos de nos encontrar». Disse o nosso carismático poeta Marcelo da Veiga...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, o seu tempo já se esgotou.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Só um bocadinho para concluir.

O Sr. **Presidente**: — Mas seja breve.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Deputado, quero chamar atenção para que tenha muito cuidado, porque o povo, em 1975, disse e muito bem: «havemos de nos encontrar». Quando voltar ao governo não faça mal a este povo. Trabalhe e sacrifique-se por ele, para que ele não possa mais usar esta expressão.

Outro dia, eu ouvi também os Srs. Deputados falarem do Sector da Saúde. Srs. Deputados, alguma vez o Sector da Saúde foi produtivo neste país?

Uma voz do MLSTP/PSD e do PCD: — Xiê?

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — O que é que sustenta a Saúde, Srs. Deputados? Não são as empresas agrícolas que vós deixastes em ruínas? Não são os cacauzeiros que morreram todos? Não são eles que sustentavam a Saúde? Quem é que disse que a nossa Saúde está uma maravilha? Ninguém disse isso. Há grandes dificuldades, mas hoje a Saúde devia estar em melhor estado, se os Srs. Deputados, quando foram governo, não tivessem deixado os nossos hospitais, em todo o País, em ruínas. Isso é gestão, Srs. Deputados?

O sector produtivo, a nossa pequena indústria, até barco tínhamos depois de 1975. Onde é que está? Onde é que estão os nossos aviões? Tínhamos o *Abubacar*, onde é que está?

O Sr. **Presidente**: — Acabe, Sr. Deputado. O seu tempo já terminou.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, muito rapidamente, porque isso também diz respeito a si, ouvi o Sr. Deputado Delfim Neves dizer que o Sr. Presidente violou a nossa Constituição e algumas leis. Gostava aqui de saber do Sr. Deputado que artigos e que leis o nosso Presidente da Assembleia violou nesta matéria? Da forma como Vossa Excelência leva as coisas assim a queima-roupa, duvido que, se o Sr. Presidente da Assembleia Nacional tivesse violado, não houvesse uma resposta da vossa parte, resposta oficial. Então, como é que não houve? Estamos todos quites de que o Sr. Presidente da Assembleia cumpriu as leis conforme jurou nesta augusta Assembleia.

Portanto, Srs. Deputados, não vamos fazer política com isso. Estamos na Casa de leis e já ouvi aqui várias vezes as pessoas dizerem: «vamos cumprir as leis».

Também ouvi o Sr. Deputado falar, esta é a última, Sr. Presidente...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, terei que lhe retirar a palavra.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, com a permissão do meu Líder, desconte o nosso tempo.

O Sr. **Presidente**: — Já está esgotado. Está encerrado o tempo.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Ok, já vou terminar.

O Sr. **Presidente**: — Está encerrado o período de antes da ordem do dia.

Murmúrios e protestos do MLSTP/PSD e do PCD.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Não se exaltem, Srs. Deputado. Acalmem-se, estamos na Casa de leis.

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Quem está exaltado é o senhor.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Mas vamos ter bom senso.

O Sr. Deputado Delfim Neves falou também da iniciativa do Partido PCD em relação à mudança da Constituição. Quero aqui advertir ao Sr. Deputado Delfim Neves que, doravante, façamos mudanças sim, porque também sou a favor que se mexa na Constituição, mas não o façamos por conveniência. Hoje só porque alguém não nos convém temos que mudar...

O Sr. **Presidente**: — Está encerrado este período!

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, já vou terminar.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Dei-lhe 3 minutos a mais e penso que chegamos ao fim deste período.

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, fui citado, tenho direito a resposta.

O Sr. **Presidente**: — Se faz favor, tem a palavra o Sr. Deputado Alcino Pinto.

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, o senhor fez-nos o especial favor de nos recordar a quê se destina o período de antes da ordem do dia: declarações políticas e intervenções sobre assuntos relevantes, e os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas tinham que se inscrever.

A regra foi quebrada, houve Srs. Deputados que não se inscreveram no início da sessão e fizeram uso da palavra. Somos tolerantes e por isso deixamos que fizessem essa intervenção.

Sr. Presidente, seria bom que nos habituássemos, neste período de antes da ordem do dia, a não reagir às intervenções dos outros. O que o Sr. Deputado que acabou de falar fez foi apenas reagir às outras intervenções, não tem ideias próprias. Portanto, só reagiu em função daquilo que os outros questionaram. Isto é, do meu ponto de vista, mau e pode ser positivo também, mas o essencial que quero dizer é o seguinte, Sr. Deputado Correia: Alcino Pinto tem muito, mas muito orgulho daquilo que foi a sua contribuição para a causa de libertação e daquilo que foram esses anos de desenvolvimento, ou não...

Murmúrios do Sr. Deputado Carlos Correia.

Oiça, ouvi-o com muita atenção.

Quero dizer-lhe que, enquanto militante do MLSTP/PSD, enquanto partido fundador, temos muito orgulho daquilo que fizemos para este povo e para este país. Temos consciência de que nem tudo foi bem feito. Tudo que é obra humana não é perfeito...

Murmúrios do ADI.

...mas deixe-me dizê-lo, Sr. Deputado: qualquer um que seja, e este Governo do ADI a que o senhor pertence, eventualmente com muito orgulho também, ao receber uma herança, fê-lo com o propósito de corrigir. O seu colega que aqui nos antecedeu citou alguns dados estatísticos referentes à questão da pobreza. Citou até 2009 e até aí o índice da pobreza rondava qualquer coisa como 54% e neste momento está em 64/65%. Estamos a agravar a situação...

O Sr. **Alexandre Guadalupe** (ADI): — Esses dados não são correctos.

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — Consulte os dados da estatística, Sr. Deputado!

O que quero dizer-lhe é que cometemos os erros sim, mas insistir no erro, em português, diz-se que é «burrice».

Quero também dizer ao Sr. Deputado que não sou funcionário público nem nunca o fui, mas pelas informações disponíveis o Sr. Deputado foi administrador do Hospital Manuel Quaresma Dias da Graça e foi *ruado* pelo seu Governo, por muita má gestão que o Sr. Deputado fez.

Murmúrios e risos do MLSTP/PSD e do PCD.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Delfim Neves também foi citado, quer fazer uso da palavra?

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, efectivamente a nossa Assembleia vai muito bem, se calhar a roçar o medíocre, mas, enfim.

O Sr. Deputado que me citou fez duas perguntas. Uma não vou responder porque citei o Presidente da Assembleia e cabe a ele levantar a questão, que responderei na hora.

Quanto à segunda, deixe-me aconselha-lho, Sr. Deputado, com quem tenho alguma relação de amizade, que não faça política com muita emoção. A política faz-se com a cabeça e não com o coração.

Murmúrios e risos do MLSTP/PSD e do PCD.

O PCD, já disse aqui várias vezes e vou repetir, não tem competências de ter iniciativas legislativas. Logo, o PCD não introduziu nenhuma iniciativa na Assembleia. Essa é a forma obcecada que o ADI tem de falar do PCD, mesmo quando o Partido não é chamado. Isto é muito mau!

O Sr. Deputado deve saber o que diz o Regimento sobre as iniciativas legislativas.

Murmúrios do Sr. Deputado Carlos Correia.

Quanto à questão da ilegalidade, temos que ver o que diz o Regimento e o Estatuto dos Deputados. Vossa Excelência, ultimamente, também tomou uma decisão ilegal, sabia disso? A deliberação que o senhor tomou no Conselho de Administração, quando os outros dois Deputados que o compõem e que têm a maioria não estavam presentes. Não é ilegal?

O Sr. **Domingos Boa Morte** (ADI): — Qual é a decisão?

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Recorra!

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Não é questão de recorrer ou não, Sr. Deputado.

Vozes do ADI: — Ele é chefe, é o Presidente!

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — O recurso faz-se por coisas legais e é por isso que só está previsto no Regimento quando se trata de questões legais. Não se recorre a coisas ilegais...

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Não tem eficácia.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Não tem eficácia, apenas isso. Se é ilegal, não tem eficácia. Vai-se recorrer para aquilo que é ilegal?

Murmúrios do MLSTP/PSD e do PCD.

Portanto meu caro, mais uma vez, Sr. Deputado, tem 39 anos, segundo os meus cálculos, se nasceu em 1973...

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — É meu filho.

Risos gerais.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — ... é jovem e acho que deve seguir o seu caminho político, mas fazendo política com muita humildade, ponderação e com cabeça. Não com o coração.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, finalmente, damos por encerrado este período...

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, direito de resposta.

Protestos do MLSTP/PSD e do PCD.

Ó Srs. Deputados, têm receio que eu fale? Os Srs. Deputados não me querem escutar?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não lhe dou a palavra agora porque não estamos no debate. Neste período não há debate.

Murmúrios do ADI.

Vozes do MLSTP/PSD: — Sente-se se faz favor!

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Deixe só explicar uma questão...

O Sr. **Presidente**: — O senhor responde na próxima plenária...

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, fui citado...

O Sr. **Presidente**: — Registe e responda na próxima plenária.

Vozes do MLSTP/PSD e do PCD: — Sente-se se faz favor!

Murmúrios e protestos do ADI.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Tenho direito, Sr. Presidente, a responder.

Murmúrios e protestos gerais.

Leiam o Regimento Srs. Deputados...

O Sr. **Domingos Boa Morte** (ADI): — Artigo 103.º, ponto 2.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sim senhor!

O Sr. **Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, um ponto de ordem.

O Sr. **Presidente**: — Se faz favor, tem a palavra o Sr. Deputado Rafael Branco.

O Sr. **Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, acho que, independentemente das posições que cada um tem sobre a posição do Presidente, temos uma obrigação de lhe facilitar a tarefa. O que se está a passar aqui, não sei como é que um Presidente de uma sessão pode gerir.

Portanto, o meu apelo não é só ao Sr. Deputado, mas a todos nós que falamos da dignificação da Assembleia, que respeitemos pelo menos o papel do Presidente, na gestão das nossas sessões.

É o ponto que queria fazer.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, quero invocar o artigo 103.º, ponto 2. Posso?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, disse que para hoje fechamos o ponto prévio. O senhor há-de explicar isso na próxima sessão.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, dou-lhe a minha palavra que serei breve.

Murmúrios e protestos do MLSTP/PSD e do PCD.

O Sr. **Hélder Paquete** (ADI): — Havemos de nos encontrar!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, eu disse que não.

Protestos gerais.

Neste período prévio, se entendermos aquilo que vem no Regimento, não há debate. Fazem-se as declarações políticas, mas não há debate. Cada um exprime a sua posição e fica registada.

Pausa.

Entretanto, entraram na Sala os Srs. Ministros das Finanças e Cooperação Internacional e da Justiça e Reforma do Estado.

Srs. Deputados, passemos para a outra fase dos nossos trabalhos. Temos agendado para a ordem do dia a aprovação final global da proposta de lei sobre o Acesso ao Direito e à Assistência Judiciária e vamos a este trabalho, pelo que convido o Presidente da 1.^a Comissão ou quem designar, para apresentar o relatório de aprovação na especialidade desta proposta de lei.

Este trabalho está previsto nos termos do artigo 177.º do Regimento da Assembleia Nacional.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, vou passar a palavra ao Sr. Deputado Domingos Boa Morte.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Boa Morte, na qualidade de relator da Comissão.

O Sr. **Domingos Boa Morte** (ADI): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados: «Relatório relativo à proposta de lei n.º 14/IX/2011 – Acesso ao Direito e à Assistência Judiciária.

A Comissão dos Assuntos Constitucionais, Políticos, Jurídicos e Institucionais, na sua reunião do dia 19 de Junho do corrente ano, apreciou, na especialidade, a proposta de lei n.º 14/IX/2011, sobre o Acesso ao Direito e à Assistência Judiciária.

A reunião contou com a presença dos Deputados da 1.^a Comissão Especializada Permanente, nomeadamente o seu Presidente, o Deputado Idalécio Augusto Quaresma, do ADI, a Deputada Elsa Pinto, do MLSTP/PSD, o Deputado Delfim Neves, do PCD, o Deputado Levy Nazaré, do ADI, o Deputado Domingos Boa Morte, do ADI, a Deputada Domitília Trovoadá, do ADI, o Deputado António Ramos, do MLSTP/PSD, o Deputado José Viegas Santiago, do MLSTP/PSD, e o Deputado Guilherme Octaviano, do MLSTP/PSD.

Foram aprovados, durante a apreciação, 19 propostas de alteração, sendo 18 propostas de emenda e uma proposta de aditamento.

Todas as propostas acima referidas foram apresentadas verbalmente e aprovadas por unanimidade.

Assim sendo, esta Comissão submete ao Plenário o presente relatório para a votação final global.

Vai em anexo o texto final elaborado pela Comissão sobre a proposta de lei n.º 14/IX/2011, sobre o Acesso ao Direito e à Assistência Judiciária.

São Tomé, aos 10 de Julho de 2012».

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Como manda o nosso Regimento, neste período de apreciação da proposta não há discussão.

Portanto, vou submeter à votação final global esta proposta de lei n.º 14/IX/2011.

Submetida à votação, foi aprovada com 50 votos a favor.

A proposta de lei relativa ao Acesso ao Direito e à Assistência Judiciária fica, finalmente, aprovada.

De seguida, temos também agendada a aprovação final global da proposta de lei sobre a Programação Militar. Deste modo, solicito o relator para fazer a leitura do respectivo relatório de aprovação na especialidade.

A Sra. **Domitília Trovoadá** (ADI): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados: «Relatório relativo à proposta de lei n.º 18/IX/2011 – Programação Militar.

A Comissão dos Assuntos Constitucionais, Políticos, Jurídicos e Institucionais, na sua reunião do dia 20 de Junho do corrente ano, apreciou, na especialidade, a proposta de lei n.º 18/IX/2011, sobre a Programação Militar.

A reunião contou com a presença dos Deputados da 1.^a Comissão Especializada Permanente, bem como os responsáveis do Ministério da Defesa e de Segurança Pública.

Foram apresentadas, durante a apreciação, 22 propostas de alteração, sendo uma proposta de eliminação e 19 propostas de emenda.

Todas as propostas de alteração acima referidas foram apresentadas, verbalmente, e aprovadas por unanimidade.

Assim sendo, esta Comissão submete ao Plenário o presente relatório para a votação final global.

Vai em anexo o texto final elaborado pela Comissão sobre a proposta de lei n.º 18/IX/2011 – Programação Militar.

São Tomé, aos 18 de Julho de 2012».

O Sr. **Presidente**: — Está em votação final global a proposta de lei de Programação Militar.

Submetida à votação, foi aprovada com 52 votos a favor.

A proposta de lei sobre Programação Militar esta aprovada.

O terceiro ponto da ordem do dia é a apreciação do relatório de Inquérito sobre Lota de Peixe. Trata-se de um trabalho já previsto e programado nas reuniões anteriores, mas que não foram realizadas. Por isso, convido o Sr. Presidente da Comissão para, nos termos da lei, fazer a apresentação sucinta do relatório.

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Caras e Caros Deputados: «A Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída através da resolução n.º 26/IX/11, de 28 de Setembro, foi integrada pelos seguintes Srs. Deputados: Albertino Homem dos Santos Sequeira Bragança, do PCD; Cecílio Quaresma, Octávio Boa Morte, Martinho da Trindade Domingos e Carlos Pinheiro, do ADI; Joaquim Rafael Branco, Elsa Maria d'Alva Teixeira Pinto, Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos e Adllander Costa Matos, do MLSTP/PSD.

A mesa da Comissão esteve constituída pelos seguintes Deputados: Albertino Homem Bragança, Presidente; Joaquim Rafael Branco, Vice-Presidente; Cecílio Quaresma, Relator até quatro de Novembro, data em que foi substituído, a seu pedido, pelo Deputado Adllander Costa Matos.

Os trabalhos da Comissão decorreram entre três de Outubro de 2011 e 16 de Janeiro de 2012, data em que o relatório final foi endereçado a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, tendo, de seguida, sido publicitado no *Diário* deste órgão.

De modo a dar cumprimento ao estabelecido pela alínea c), do nº 2 do artigo 22.º da Lei n.º 2/2007 – Lei Regime de Inquéritos Parlamentares, procedeu-se ao conjunto de intervenções dos Srs. Deputados membros acerca da matéria em análise, particularmente feitas no âmbito das audiências com os declarantes chamados a depor, sendo que, com base nessas intervenções, naturalmente díspares na sua natureza e sentido, se chegou a um lote de trinta e três, todas elas constantes do processo.

Procedeu-se, em seguida, à votação das citadas constatações, no sentido de se chegar às conclusões finais da Comissão, processo de que resultou o apuramento das seguintes dezassete conclusões:

Primeira conclusão, o processo de requalificação do complexo da Lota de Peixe está envolvido em muita obscuridade e apresenta graves faltas de natureza legal e processual». Nesta primeira conclusão temos alguns aspectos salientes, como sejam, «a execução de obras no valor 2, 3 milhões de euros, num património do Estado, na ausência de qualquer vínculo contratual e da prévia aprovação de um projecto; prevalência de erros quanto às normas que superintendem a administração pública, em particular no que se atém à ausência de anúncio e de concurso público, inviabilizando-se assim a eventual participação de demais interessados; declaração por sectores responsáveis e tecnicamente apetrechados para a prévia avaliação da natureza dessas obras, como sejam a Direcção do Património do Estado e a Direcção das Obras Públicas e Urbanismo, de completo desconhecimento das mesmas; inexistência do memorando invocado publicamente por membros do Governo e, no seio da Comissão, por alguns dos Srs. Deputados; inexistência da informação proposta que deu azo à resolução do Conselho de Ministros; exigência do Director da DOPU para que se legalizasse as obras de requalificação do complexo da Lota/Mercado de Peixe, prova de que o processo enfermava de ilegalidade».

Segunda, «incógnita sobre quem dirige no projecto a parte respeitante à construção civil».

Terceira, «não fica também claro o procedimento adoptado pelo Governo para fazer a concessão, já que não foi apresentada à Comissão a informação-proposta que sustentou a resolução através da qual o Conselho de Ministros concedeu a autorização».

Quarta, «foram infringidas algumas regras relativas ao processo de gestão do património, porque embora o Governo possa fazer concessão de bens públicos, existe um processo legal que leva a essa concessão».

Quinta, «a Comissão reconhece no Governo a prerrogativa de decidir, politicamente, em matéria do destino a dar a qualquer empreendimento público, embora mantenha dúvidas, em termos económicos e financeiros, da qualidade deste investimento, dado o número significativo de cidadãos nacionais e até estrangeiros que se dedicam ao pequeno comércio».

Sexta, «ausência de qualquer estudo e mecanismo de controlo a justificarem o projecto, impondo-se por isso que se alerte o Governo para o início de base desse processo, tendo em conta o seu enquadramento legal e os possíveis benefícios para o País».

Sétima, «o facto de o Ministro das Finanças e da Cooperação Internacional, numa entrevista à TVS, posteriormente divulgada pelos demais órgãos de comunicação social, ter afirmado que», passo a citar, «o Governo ordenara a uma empresa privada estrangeira, supostamente interessada na aquisição do complexo, a realizar obras de adaptação para outros fins, na ausência de qualquer vínculo contratual com o Estado». Fim de citação.

Oitava, «a Direcção do Património do Estado não teve qualquer informação de que tenha sido feito algum desbloqueamento para a requalificação da Lota».

Nona, «no que respeita ao memorando invocado, mas inexistente no processo, tratar-se-ia de um mero pré-acordo entre ambas as partes, mas não de um contrato, nem sequer de uma espécie de promessa de contrato, o que configura estar-se perante um conflito a analisar profundamente».

Décima, «a adjudicação fez-se através da resolução do Conselho de Ministros, na ausência de qualquer acto de concessão, pois não existe contrato de provimento, nem de investimento, nem o de concessão administrativa».

Décima primeira, «se foi a resolução a consubstanciar a adjudicação do projecto de reconversão, não se compreende que seja o Director do Património a dizer que nada sabe a esse respeito».

Décima segunda, «as obras começaram à revelia da DOPU, que não teve conhecimento prévio das mesmas e que apenas delas tomou conhecimento quando se começou a veicular a notícia na comunicação social, altura em que os seus técnicos se dirigiram ao local para se inteirarem do assunto».

Décima terceira, «através da minuta do contrato administrativo de investimento fica-se a saber que a entidade com quem o Estado negocia é a empresa CECA-GADIS STP, Lda., que fica assim devidamente identificada nos autos».

Décima quarta, «fica provada a inexistência do memorando do contrato de concessão, bem como de qualquer instrumento de fiscalização e controlo das obras de requalificação».

Décima quinta, «por razões inerentes à escassez de tempo com que se confronta a Comissão, verifica-se a necessidade de solicitar à Assembleia Nacional o *Diário da I Série*, n.º 4, de nove de Setembro de 2011, donde constam as declarações do Sr. Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais, Eng.º Carlos Vila Nova, feitas no âmbito da audição parlamentar promovida em oito do mesmo mês pela 4ª Comissão Especializada Permanente, a propósito da carta assinada pelo Líder do Grupo Parlamentar do PCD, Sr. Deputado Delfim Neves, respeitante às obras de requalificação do complexo da Lota/Mercado de Peixe».

Décima sexta, «a necessidade de solicitar, igualmente, à Assembleia Nacional a afectação de um assessor jurídico aos trabalhos da Comissão, que apoie esta no enquadramento legal das infracções e irregularidades verificadas no citado projecto de requalificação».

Finalmente, décima sétima conclusão, «a metodologia de trabalho adoptada pela Comissão, a qual se baseou na análise de factos concretos, evitando-se desse modo o recurso a abstracções que lhe pudessem retirar a devida e necessária objectividade».

A Comissão contou, na fase final dos trabalhos, com a colaboração do Assessor Jurídico Dr. Asser Giraculo Pires Francisco, dos serviços desta Assembleia Nacional, que elaborou um parecer relativo ao enquadramento legal das infracções detectadas pela Comissão no presente processo das obras de requalificação do complexo Lota/Mercado de Peixe, que integra o Relatório.

Dessas conclusões, Comissão chegou às seguintes recomendações:

Primeira, «a suspensão imediata das obras de requalificação do complexo Lota/Mercado de Peixe...»

Vozes do ADI: — Agora?

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — Isso foi há 13 de Janeiro e o processo foi-se arrastando, não se sabe com que objectivos.

Portanto, «a suspensão imediata das obras de requalificação do complexo Lota/Mercado de Peixe, que constituem matéria deste processo de inquérito, até que sejam devidamente formalizados todos os procedimentos legais inerentes à sua implementação, devendo o Governo, uma vez cumprido tal expediente, informar do mesmo a Assembleia Nacional».

Segundo, «em caso de inobservância de tal procedimento, deve proceder-se ao embargo das obras até que o Governo regularize a situação».

Terceiro, «apuramento, nos termos do artigo 72.º da Lei nº 3/2007 – Lei sobre o Sistema de Administração Financeira do Estado, da responsabilidade disciplinar, criminal e civil dos autores das infracções cometidas no âmbito do exercício das suas funções».

Considerações finais: «Para além do conjunto das intervenções feitas pelos senhores Deputados membros da Comissão, de cujo teor foram, paulatinamente, tomando conhecimento ao longo do processo, está patente no relatório o sentido de voto de cada membro nas votações que nele tiveram lugar, tal como o que determina a alínea c), do n.º 2 do artigo 22.º da Lei nº 2/2007 – Lei dos Inquéritos Parlamentares».

O Sr. **Presidente**: — Feita a breve exposição pelo Sr. Presidente da Comissão, está aberto o debate.

Pausa.

Tem a palavra a Sra. Deputada Elsa Pinto, para uma intervenção.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados: Relativamente à questão em apreço, que tem a ver com o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as circunstâncias que levaram a que o Governo pudesse dar ou atribuir este bem público a uma sociedade ou a um grupo privado, em primeiro lugar, é preciso contextualizar a questão.

Hoje estamos em Agosto e o relatório final deste processo foi concluído em Janeiro. O que motivou as Sras. e os Srs. Deputados a abrirem um inquérito para apurar a questão foi, efectivamente, por ter-se constatado que houve, substancialmente, a ausência de regras neste negócio público. Essencialmente, a questão se prende com a parte legal.

Não nos confere a nós Deputados à Assembleia Nacional, julgar a oportunidade dos actos do Governo, mas sim fiscalizar os procedimentos adoptados pelo Governo. O Governo podia dar, vender, fazer um *dancing*, o que quisesse da Lota, não nos compete a nós, porque o Governo está a governar e sabe a utilidade que deve dar a esse bem público. Hoje até podemos aplaudir certos procedimentos e justificar o desmérito do presente com os desméritos do passado, mas em matéria de negócio, de contrato público, fica lá registado. Quem sabe amanhã, ou dentro de 5, 10 anos as pessoas vão ter que responder, se efectivamente há leis e se as coisas funcionam.

Vou fazer um esforço por retomar aquilo que disse o Sr. Ministro Secretário-geral do Governo ontem. Ouvi atentamente a sua explanação sobre a questão, fundamentou os porquês que o Governo adoptou esta medida, mas fez algo que não esperava, fez *mea culpa*. Disse, «relativamente às questões jurídicas, tenho que confessar que, efectivamente, não foram cumpridas» e é isto que deu azo ao inquérito parlamentar. Agora, escrevi *ipsis verbis* aquilo que disse o notável jurista são-tomense, Secretário-geral do Governo. Às vezes querem atacar a oposição, ou porque a oposição quer reprovar a acção do Governo, ou quer impedir que haja mais postos de trabalho. Não é este o objectivo. Neste caso, foi posta a «carroça à frente dos bois» e ele diz, «só agora é que nós conseguimos mandar o visto ao Tribunal de Contas. Imagina se tivéssemos esperado, não teríamos negócio», é assim que se faz a gestão da coisa pública? É a pergunta que faço, responsabilmente.

Por favor, caros Deputados, não vamos passar a vida a justificar o desmérito do presente com o passado. Se ganhamos as eleições é porque somos os melhores, não vamos repetir os erros do passado. Até quando?

Murmúrios do ADI.

Bem, que fazer?

Vozes do ADI: — Oh!

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Quando o inquérito desse bem foi levantado, o Director do Património não conhecia a empresa, não havia memorando, não havia um acto jurídico do Governo que sustentasse a transacção. É por isso que se fala da «obscuridade». Não é para atacar as pessoas, mas é um negócio que estava obscuro, não sabíamos em que túnel estávamos a navegar.

O Sr. Director da DOPU disse claramente aqui, quer perante aos Srs. Deputados do ADI, quer do PCD quer do MLSTP/PSD, que «só tomei conhecimento quando ouvi pela comunicação social». Estamos a falar de um bem que, apesar dos atropelos do passado, é ainda um bem público que está inscrito no Património. Como é que se faz a cedência de um bem a um grupo privado sem que do Património saiba quem é? Como é que se fez essa transferência, que tipo de negócio?

Hoje o Sr. Ministro fala que não, não se trata de uma concessão, trata-se de um mero arrendamento. Pouco importa, é a escolha que o Governo fez. Concessão ou arrendamento não somos nós aqui a julgar. Agora, o Sr. Ministro das Finanças está aqui presente, se fosse arrendamento, gostaria que fosse desde o início; que se confirmasse o arrendamento e depois se fizesse a cedência do bem, para que ele fosse explorado de acordo com o Programa do Governo.

Sras. e Srs. Deputados, não é o MLSTP/PSD que vai dizer ao povo de são Tomé e Príncipe que não vai haver supermercado, porque estamos a sentir uma clara manipulação nesta matéria.

Também perguntamos aqui nesta Sala, qual é o custo/benefício de um segmento do mercado como o nosso, em que o comércio é de proximidade, a retalhos? O que é que vai significar a abertura de um supermercado para o comércio de proximidade? É a pergunta que foi feita quando se abriu os continentes e os *carrefours* na Europa. Matou-se completamente o comércio de proximidade. São lojas que se vão fechar. Estudaram e analisaram isso? Claro que estamos de acordo que temos que evoluir...

O Sr. **Octávio Boa Morte** (ADI): — É truque, Sra. Deputada.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Deputado, o senhor é Deputado. Por favor inscreva-se. Sr. Presidente, o Sr. Deputado tem que se inscrever.

Murmúrios e risos do ADI.

Então meus senhores, aqui não temos muito que devagar. Por mais que se queira dar voltas ao bolo, a verdade é clara, houve atropelos, porque aqui não há defesa. O Sr. Ministro fez a confissão dos factos: «*mea culpa, mea culpa, mea culpa*»!

Aplausos do MLSTP/PSD e do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Agora tem a palavra o Sr. Deputado Cecílio Quaresma, para uma intervenção.

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, somente falo neste momento em relação a esse problema, porque fui membro da Comissão e na verdade a conclusão que vi, através do Sr. Presidente da Comissão, quero dizer que não subscrevi.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — O senhor abandonou a reunião.

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Sra. Deputada Elsa Pinto, por favor, quando falou, ouvi e não disse nada.

O Sr. **Presidente**: — Continua com a sua intervenção. Estamos a perder tempo com isso.

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Porquê? Porque, segundo o Sr. Presidente da Comissão, na sua leitura, «os Deputados subscreveram a conclusão», é para dizer que não subscrevi e nem sequer tenho conhecimento das conclusões do relatório.

Depois, outra coisa mais, não vi uma conclusão dos Deputados do ADI perante este trabalho. Não reparei. Pelo menos é uma Comissão. Se está não reparei. Inclusive fui um daqueles que dizia que, o que disse agora a Sra. Deputada Elsa Pinto, se algo está errado e queremos corrigir porque é que não chamamos de novo o Governo para esclarecer alguns pontos? Sempre defendi isso. Mas não, até parecia que era obrigatório fazer, pisar e matar. Foi o que aconteceu.

Nós do ADI éramos quatro e os Deputados da oposição eram cinco. Ao longo da discussão, até reparo muito bem, que há coisas que quando dizíamos para votarmos, diziam que não. Isso aconteceu.

Outra coisa mais que afectou é a intervenção de um Deputado que não era membro da Comissão de Inquérito. Dissemos que não era possível que um Deputado que não fosse membro dessa comissão fizesse a intervenção durante o inquérito. O Deputado fez a intervenção, fez uma série de perguntas, e dissemos que não podia ser. Essas perguntas influenciaram sobremaneira os trabalhos do inquérito e isso é mau.

O Regimento diz que se pode assistir aos debates, mas não se pode fazer perguntas, mas isso aconteceu. Há muito tempo o ADI disse que era melhor suspender-se isso, porque sabíamos que realmente havia outras coisas atrás de todo esse inquérito, e é isso que aconteceu.

Se na verdade houve erros e se se conseguiu realmente reparar o erro, acho que estamos a tempo de avançarmos com o projecto.

Houve intervenções sobre isso e ainda há muito para dizer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia, para uma intervenção.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, estamos a discutir aqui o dossiê doca...

Vozes do MLSTP/PSD: — Doca?

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Lota de peixe.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Lota de peixe. Muito obrigado pela vossa correcção, mas já ouvi «doca» em algum lado. Contudo, como aprendo todos os dias, Srs. Deputado, agradeço pela vossa explicação.

Portanto, venho aqui para dizer aos Srs. Deputados que estamos aqui a falar de uma infra-estrutura que foi, a partida, iniciada sem estudos prévios...

Vozes do MLSTP/PSD e do ADI: — Ai é?

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Então porque é que ela não está a funcionar como lota? Tenho informações de que nenhum barco conseguiria atracar aí e que a zona ventila de uma forma louca. Houve estudos?

Afirmaram, acenando com a cabeça.

Então, se houve, foram estudos empíricos. Estamos aqui a falar de uma infra-estrutura feita sem estudos, enfim, é como tudo neste país que se faz sem estudos.

Murmúrios gerais.

Gostaria de perguntar aos Srs. Deputados o que fariam com essa infra-estrutura. O que fariam com este «elefante branco», Srs. Deputados? Ah, já sei, os Srs. Deputados preferiam que aquela infra-estrutura, que gastou dinheiro da comunidade internacional e dos contribuintes, ficasse em ruínas como muitas outras que o nosso país tem. É isso que os senhores preferiam?

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Está a fazer perguntas a quem?

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Tantas relíquias do nosso país como aquela infra-estrutura, que custaram dinheiro aos nossos bolsos, que herdamos dos colonos, onde é que estão? Estão todas em ruínas! Portanto, deixem a lota funcionar...

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Está a perguntar ao Sr. Presidente? Ele também sabe disso.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Falou-se aqui de *mea culpa*...

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Não inventei nada.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Ok, Srs. Deputados, uma infra-estrutura como aquela de «elefante branco» sem *mea culpa*? Tinha que haver. Qual é a outra solução?

Murmúrios gerais.

Ah, queriam que estivesse a iniciar agora, não é? Com processos burocráticos tão pesados, como os que criamos no nosso país. Que ela fosse agora iniciada e as pessoas que estão à espera de novos empregos e de novas oportunidades no mercado ficassem à espera e que o investidor fosse embora, não é? É isso que os Srs. Deputados queriam? Srs. Deputados, a população já não podia mais esperar. Tinha que haver *mea culpa*, sim senhor. Não há regras sem excepção e os Srs. Deputados sabem-no. Quantas vezes já se passou por cima das regras neste país? 37 anos não são 37 bananas! Os Srs. Deputados virão aqui dizer «não, ele se calhar está a defender. Não, estou aqui a defender o futuro dos meus filhos, Srs. Deputados. Hoje paro e pergunto-me qual é o futuro do meu filho. Jovens como eu também fazem a mesma pergunta. Se calhar os Srs. Deputados ouvem-me aqui falar e pensam que estou a defender a, b ou c. Não! Estou a defender o País e o futuro dos nossos filhos e já sei que vou ser prejudicado nesta matéria, inclusive até com a minha reforma. Porquê? Porque o País não teve bons alicerces e isso já começa a chatear uma pessoa e os jovens como eu e eles hão-de reagir.

Vozes do MLSTP/PSD e do PCD: — Xiê!

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Ele não aguenta.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Ele morre!

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Não julguem que estou cá a defender este ou aquele. Não. Estou cá porque o povo me pôs aqui e defendo este povo e a mim também; os meus interesses e os do povo. Se vejo o meu irmão a viver bem fico satisfeito. Não estou cá a defender ninguém nem nenhuma cara bonita. Que isto fique bem claro.

Srs. Deputados, haverá sim senhor o comércio de proximidade, porque o País, a partir de agora, já não vai parar; porque o País não ficou somente nesta coisinha a que nos fechamos. O País vai-se abrir e tenho a certeza disto. Também tenho certeza de que os Srs. Deputados, um dia quando forem Governo, não vão fazer o mesmo que fizeram antes. Farão melhor. Porque à primeira, Srs. Deputados, caímos todos; à segunda, só cai quem quer e à terceira só caem os parvos. Os Srs. Deputados nunca mais vão se deixar cair. Este país já não pode parar, os jovens já não podem ver o seu futuro à deriva. Não podem!

Aqui concluiu-se e até o Governo foi humilde em dizer que houve alguns erros, mas a única saída que havia era esta. Então para quê estarmos aqui a falar mais dessa situação? Inclusive, se calhar, da outra parte, porque o projecto nasceu já coxo e corrompido, já nem se fala. Ok, vamos falar, somos todos são-tomenses, mas que a partir de agora possamos trabalhar para que o futuro seja melhor para todos nós são-tomenses.

Com muito orgulho digo-vos e repito: tenho muito respeito por aqueles que lutaram pela nossa independência, aqueles que morreram, sendo heróis, para a nossa independência, mas precisamos gerir este país com mais dinamismo, dando oportunidade aos mais jovens, porque jovens é que são o alicerce deste país e que os jovens criem condições para que os nossos novos idosos não passem mais como estão a passar actualmente.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Rafael Branco.

O Sr. **Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, antes de entrar propriamente na matéria, e porque eu passei a primeira parte desta sessão aprofundando a minha desilusão com a maneira como nós todos estávamos a portar aqui, digo-lhe, Sr. Presidente, a título pessoal, que tenho saudades do tempo em que o senhor e eu, em nome do meu partido, éramos oposição, como é que nos momentos críticos soubemos colocar os interesses do País acima de tudo.

Dois casos de que eu me lembro e que o senhor conhece têm a ver com o perdão da dívida e com o clima que se instalou na Polícia com os Ninjas. Eu lembro-me como é que o senhor e eu, como líderes dos partidos da oposição, colocámos sempre os interesses do País acima das nossas preferências partidárias. Eu devo dizer que tenho saudades daquele tempo.

A pergunta que devemos nos colocar agora é, Lenine já tinha colocado, o que fazer? Sinceramente, eu acho que se o nosso espírito fosse outro, não teríamos chegado a essa situação.

Houve uma atitude do Governo que despertou o interesse da Assembleia Nacional, que criou uma comissão para analisar isso. Os trabalhos da Comissão terminaram em Janeiro e as coisas aconteceram num espírito positivo. Teria havido tempo para se emendar muita coisa que eventualmente estava mal. Hoje ninguém tem dúvida de que há coisas erradas.

Como disse a Sra. Deputada Elsa Pinto, eu não vi totalmente a entrevista, o Sr. Ministro Secretário-Geral reconheceu que há procedimentos legais que foram violados.

Murmúrios.

Não me falem do início, porque esta luta se resume numa tragédia do nosso país.

Murmúrios.

Eu não tenho problemas, sou muito maduro, Sr. Deputado, para não ter. Se me deixasse concluir, agradeceria.

Houve um governo que legitimamente decidiu construir essa infra-estrutura, mas nós aqui na oposição contestamos isso, na altura. Esse governo nunca teve oportunidade, porque os governos, como é tradição, não chegam ao fim.

O governo de então nunca teve a oportunidade de corrigir, porque depois apareceram alternativas, ou emendar o que tinha iniciado. Veio um outro governo e tomou algumas decisões sobre isso, por exemplo olhando para trás: havia um sistema de frio previsto na altura no projecto original. O governo seguinte decidiu parar essa parte de investimento. Hoje, olhando para trás, esse sistema de frio seria útil para o que estamos a utilizar hoje. Depois veio outro governo, por acaso aquele que eu chefiava, que decidiu dar outra utilização a essa infra-estrutura. Na altura começamos a falar de uma clínica de carácter internacional, mas não tivemos tempo para levar avante essa ideia. Apareceu este Governo que agora decidiu dar essa utilização, e aí começa o problema.

Se nós aqui na Assembleia, como atitude geral, não nos preocupássemos somente a justificar os erros do presente com os erros do passado; se nós tivéssemos espírito de colaboração, de respeito pelas instituições e de diálogo, estou certo de que não estaríamos na posição que estamos hoje. A posição em que estamos hoje exige de nós muita responsabilidade, porque não existem por aí muitos investidores a virem para a nossa porta e temos que tratar investimentos estrangeiros com toda ponderação. Devemos activamente buscar investimentos estrangeiros, mas, meus senhores, não o podemos fazer contra as leis da República. Houve tempo desde que o relatório estava concluído para o Governo e esta Assembleia trabalharem, no sentido de corrigir o que estava mal. Houve abundante tempo.

Eu disse na Comissão desde o início que não contestava o direito de o Governo decidir o que fazer da luta. É seu direito. Não podemos, senão as regras estão todas falseadas. Se nós fizermos as coisas fora da lei estabelecida, que país é que teremos? Eu também tive a oportunidade de dizer na Comissão que eu duvido os benefícios económicos e financeiros disso.

Posteriormente, em conversas outras particularidades, vi algumas outras vantagens, mas no essencial eu continuo a pensar que este negócio, para além de atrair investimentos estrangeiros, tem muitos pontos de interrogações e eu não estou certo no ponto de vista de uma análise económica. Nós vamos ter uma grande superfície.

Eu vi há dias que o supermercado vai praticar seguimento de preços a três níveis: um baixo, um médio e um alto. Nós sabemos qual é a situação do nosso comércio, não estou a falar das pequenas quitandas, estou a falar de comércio que estão instalados nos nossos centros urbanos, eles vão competir com uma infra-estrutura que parte em vantagem.

Segundo a informação inicial que tínhamos – em termos daquilo que vimos, e é nisso que eu acho que faltou comunicação – vai haver uma isenção de rendas por 10 anos.

Vozes: — O quê?

O Sr. **Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — É a informação que nós recebemos por escrito. Vamos ouvir pelo menos. Essa infra-estrutura vai competir com infra-estruturas que estão instaladas que têm custos de renda todos os meses. Então, os termos da competição ficam alterados. É verdade que é um investimento que foi feito, tem de ser amortizado e recuperado, mas estamos numa situação que a mim levanta preocupações legítimas.

Aí eu digo que respeito a opção do Governo, eu não faria essa opção, porque acho que as suas consequências negativas podem ser superiores as consequências positivas. Dizer que cria 60 empregos, tínhamos de ver qual é o número de emprego que vamos perder nos negócios que eventualmente sofrerão com essa concorrência.

Tudo isso é para dizer que é legítimo que uma Assembleia como esta discorde, questione e ponha em causa as decisões do Governo, mas é também obrigação do Governo, perante e por respeito a esta Assembleia, em circunstâncias como tais, se dirigir à Assembleia. O Governo certamente que conheceu o relatório que foi publicado em 16 de Janeiro. Pelo que eu ouvi ontem, o processo negocial foi continuando, eventualmente as objecções que tínhamos foram ultrapassadas e vê-se que a Comissão teve uma atitude responsável. A Comissão não pôs em causa o investimento. Disse: «suspenda-se o negócio até que o Governo dê provas de que corrigiu e completou os procedimentos ilegais».

Conclusão final, Sr. Deputado Cecílio, ouvi a sua intervenção, certamente o Presidente vai referir-se a ela. Nós temos que assumir as coisas. Estamos numa Comissão, temos a obrigação de estar presentes quando a Comissão reúne e temos a obrigação de respeitar as posições maioritárias. Se o Sr. Deputado se lembra, havia 32 conclusões iniciais e ficaram reduzidas a 17. Nessa redução, eu votei consigo algumas dessas conclusões.

Protesto do Sr. Deputado Cecílio Quaresma.

Não! Houve uma altura em que o senhor esteve. O senhor está a escapar-se da responsabilidade. Pelo que eu sei, votámos no mesmo sentido na eliminação dessas 32 conclusões para 17. Portanto, o que eu acho é que, em vez de estarmos aqui a responsabilizar o passado por aquilo que aconteceu hoje, devíamos ter uma atitude pró-activa. Eu acho que nesse sentido o Secretário-Geral do Governo deu um passo importante, reconheceu que houve coisas que estão mal. Então, vamos ser consequentes a partir dessa constatação, vamos respeitar a Assembleia e informá-la antes que o negócio prossiga. Isso pode fazer-se em 1 semana, se quisermos trabalhar.

Agora, querer por atitude de forças, eu devo confessar que não gostei, é minha opinião, que a televisão estatal dedicasse o tempo privilegiado de antena a uma questão que ia ser discutida hoje. Nós também não somos inocentes. Não vale a pena estar aqui a dizer que a Assembleia, como disse a Deputada Elsa Pinto, está contra os 60 empregos. Quem é que verdadeiramente ganha com essa atitude?

Sr. Presidente, vou concluir, acho que devemos ser maduros suficientes e saber agir em conformidade com isso.

Acabo por onde comecei, tendo sempre os interesses da nossa Nação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Albertino Bragança.

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — Sr. Presidente, eu tinha uma intervenção tanto ou quanto longa, mas a intervenção do Sr. Deputado Rafael Branco, enquanto membro da Comissão, que viveu todas as circunstâncias que nela tiveram lugar faz com que eu limite muito a minha intervenção. Eu só queria dizer aos Srs. Deputados membros da Comissão, principalmente o Sr. Deputado Cecílio Quaresma, que os senhores foram testemunhas de que usamos a maior transparência e maior abertura na elaboração desse inquérito.

Temos constatado também, e quero dizer publicamente, que nós todos, os membros da Comissão, trabalhamos arduamente para que no tempo exacto fizéssemos a entrega do relatório.

Só para dizer finalmente que no relatório constam o sentido de voto de cada Deputado, claro que eu não ia ler aqui publicamente onde este ou aquele votou e como votou, mas quem quiser consultar o relatório vai ver que a Lei determina o sentido de voto e nós cumprimos escrupulosamente.

O Sr. **Presidente**: — O tempo de leitura do Presidente não conta. Neste momento, o ADI ainda tem 10 minutos e 7 segundos, o MLSTP/PSD tem 11 segundos, o PCD tem 5 minutos e 38 segundos e o MDFM/PL tem 3 minutos.

Eu penso que no debate sobre o inquérito o membro do Governo, se quiser, pode usar da palavra.
É consenso?

Vozes: — Sim.

Então, temos que dar tempo ao Governo. Podemos dar 28 minutos?

Uma Vozes: — Não é preciso dar tempo.

Não é preciso dar tempo, mas o Plenário autoriza o Governo a participar no debate.
Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Lima.

O Sr. **Hélder Paquete** (ADI): — Sr. Presidente, eu tomo a palavra para referir-me a algumas palavras que foram tocadas aqui nesta Assembleia. Uma delas é o bem público. O bem público também não se constrói conforme foi construído. Há seus procedimentos, porque a maneira como essa obra começou foi mal. Foi referido aqui que o local não é próprio para a construção desses tipos de obra. É verdade! Se é um bem público, porque é que não se tomou em consideração estas questões. Eu talvez chamaria, naquela altura quando se iniciou, de um imóvel, em vez de um bem público.

Ontem também ouvi a tal entrevista do Ministro Secretário-geral do Governo, em que eu considerei muito bem, quando o Ministro reconheceu que há uma *mea culpa* da parte do Governo. Sim senhor! É bastante bom, quando um dirigente reconhece as suas falhas. É a primeira vez que vejo um dirigente de São Tomé e Príncipe reconhecer as suas falhas. Qual é o dirigente que reconhece as suas falhas aqui! É algo bastante difícil.

Falou-se muito bem aqui: «que fazer?» Invocou-se Lenine. Lenine também disse: «electrificação por todo o País». Senhores, os tempos mudam. Nós quando dizíamos que se devia tomar em consideração que este empreendimentos vai matar pequenos negócios, está bem. Estou plenamente de acordo. Quando lançamos as bombas de SONANGOL, o que é que aconteceu? Matou algum negócio! Pelo que vejo, o negócio da venda de combustível evoluiu, apareceram bombas mais modernas e tudo isso. Isso é uma dinâmica constante, tem-se que fazer.

Se tomámos em consideração um parecer técnico que vinha de 2 de Julho de 2010, em que já recomendava converter o edifício num super mercado, não se fez nada de mal.

Na minha opinião, não há nenhum negócio que vai morrer, porque se a gente continuasse com o lota de peixe, quer dizer que podíamos dizer que ia matar as palaiês e os pequenos pescadores.

Eu continuo a dizer que se estivermos a ver para o desenvolvimento, o super mercado está muito bem direccionado.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente José Diogo.

Eram 12 horas e 50 minutos.

O Sr. **Presidente** (José Diogo): — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados.

Tomo a palavra para fazer referência àquele que foi os nossos trabalhos durante este inquérito, do qual fui membro. Julgo que não fizemos um bom exercício. O Sr. Presidente Albertino Bragança disse que houve total transparência, tivemos todos engajados, mas cometemos muitos erros. Por causa desses erros que cometemos, não me parece que estamos em condições de fiscalizar o Governo nesta matéria. Aqui nesta Casa temos que dar o primeiro sinal de cumprimento das normas, porque somos nós quem votamos nelas, aprovamos e devemos ser os primeiros a cumpri-las.

Essa Comissão de Inquérito foi uma Comissão legalmente empossada, com os seus membros, com poderes para inquerir, mas à dada altura houve outros inquiridores extras a seu convite, Sr. Deputado Albertino Bragança. O senhor sabia que a outra pessoa, nesse caso o Sr. Deputado Alcino Pinto, iria fazer parte como infiltrado nessa Comissão.

Risos do ADI.

Não é normal, não é legal e é um erro grave. O senhor fez ainda mais, deliberou sobre um acto nulo. A Lei diz que não, o senhor propôs a votação e disse que sim. O senhor levou à votação para que o Sr. Deputado Alcino Pinto fizesse a intervenção. Por acaso, o PCD e o MLSTP/PSD são maioria na Comissão e a questão passou, mas a lei diz que tudo que não está previsto, deve ser decido no Plenário.

Nós fizemos aquilo que não se deveria fazer. Vimos aqui, aprovamos a lei e quando queremos tirar proveitos, tentamos violá-las e passar por cima. Julgo que, enquanto não repusermos a legalidade deste inquérito, não deveríamos estar aqui a discutir este relatório, porque é um relatório que eu não conheço. Foi feito às escondidas, foi emendado várias vezes. Fui membro da Comissão, não conheço o relatório e tenho o direito de pronunciar sobre ele. Por acaso eu tive conhecimento desse relatório? Não.

Também não tivemos conhecimento de muitas das conclusões finais. Houve outros actos ilegais, como por exemplo a Rádio e a Televisão a gravarem o inquérito. Peço desculpas, a Televisão não, mas a Rádio. Houve aqui jornalistas a gravar inquérito. O senhor telefonou a um jornalista para limpar as gravações, deu ordem aos jornalistas, o que o senhor não deveria fazer.

Uma voz: — Isso é grave.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Por tudo isso, julgo que devemos desconsiderar esse inquérito. Eu proponho a nulidade dele, porque alguém que não foi empossado, que não é membro da Comissão, inquiriu e esteve a par de tudo quanto ocorreu no inquérito. Isto é crime! Está previsto aqui na Lei n.º 2/2007 – Lei de Regime de Inquérito Parlamentar.

Ou propomos a nulidade do inquérito ou então o Sr. Presidente assume as consequências penais e legais, em conformidade com a Lei.

Risos.

Se nós não estamos preparados para levar acabo um inquérito, não podemos fiscalizar o Governo. Estamos a dizer que podemos cometer erros e o Governo não? Então, estamos na Casa Parlamentar. É mau!

O Sr. Presidente tem que explicar aqui as razões, pedir desculpas e esclarecer as coisas, porque se não, não vamos dar outro passo. Porque é que podemos cometer erros e o Governo não?

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — Ninguém deve.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Então ninguém deve! Se nós cometemos erros, vamos anular ou refazer o inquérito. Nós não estamos em condições de fiscalizar o Governo, porque abusamos de uma norma votada por nós.

Entretanto, reassumiu a Presidência o S. Presidente Evaristo Carvalho

Eram 12 horas e 55 minutos.

Entretanto, pede a palavra o Sr. Deputado Albertino Bragança.

O Sr. **Presidente**: — Quer usar a palavra como Presidente da Comissão ou como...

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — Como Presidente da Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Albertino Bragança, para uma intervenção.

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — Sr. Presidente, eu estive a ouvir o Sr. Deputado que me antecedeu e eu gostaria de aconselhá-lo sobre uma coisa. Se procura protagonismo no seu partido, não o faça desta maneira.

Eu quero dizer-vos que este inquérito foi feito com a maior a transparência e os membros da Comissão sabem que usamos a maior lisura, a maior abertura. Toda gente teve conhecimento de tudo. Paulatinamente, nós íamos dando as pessoas a ler as suas intervenções, fazíamos cópias para todos os membros da Comissão. Por isso mesmo, houve um caso numa sessão, logo no início do inquérito, apareceram dois Srs. Deputados, lembro-me de um que era o Sr. Deputado Alcino Pinto, sobretudo e nós na Comissão permitimos, porque pensamos que é a exemplo daquilo que acontece nas Comissões Especializadas Permanentes. Houve uma crítica, analisámos e chegámos à conclusão de que era preciso desvalorizar, tirar do relatório as perguntas que tinham sido feitas pelo Sr. Deputado Alcino Pinto, e retirámos do relatório essas perguntas. Chegou-se ao acordo para se retirar.

Há pessoas que faltavam de vez em quando, mas no corpo do relatório vem todas as diligências que foram feitas. Esse contratempo vem referido. Nós seguimos durante cerca de 5 meses, ouvindo as pessoas e cumprindo totalmente as determinações legais, portanto, da Lei dos Inquéritos Parlamentares.

Eu compreendo que o inquérito possa ser incomodativo, mas só pensa assim quem não estiver munido de capacidade de dizer que a Assembleia fiscaliza. Eu acho que esta sessão está a ser moderada e elucidativa da atitude que a Assembleia deve ter e da forma como devemos analisar os processos sem demasiados nervosismos, vendo que a Assembleia cumpriu o seu papel.

Nas recomendações, não fomos contra os investimentos privados nacionais ou estrangeiros. Fomos contra alguns procedimentos que o Governo adoptou. Por isso mesmo, há aqui Deputados que foram da Comissão, do MLSTP/PSD e mesmo do ADI, e sabem que durante todo o tempo as intervenções e as sessões foram completamente pacíficas.

Por outro lado, volto a repetir, no relatório tem o sentido de voto de cada Deputado. As pessoas que votaram contra em relação a qualquer tomada de posição, vem explicitado no relatório e quem quiser consultar poderá ver que é assim.

Por isso mesmo, eu afasto-me completamente das críticas que foram aqui feitas e lamento mesmo as palavras do Sr. Deputado, na medida que ao nível da Comissão nunca houve um clima que pudesse vir a justificar tal atitude.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Alcino Pinto.

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Finanças:

De facto, como foi aqui dito, assisti, não sei se foi a primeira ou a segunda a sessão da Comissão de Inquérito, não por ter programado essa assistência. Estava cá na Assembleia e vi os meus colegas aqui reunidos e decidi entrar para a sala, pensado até que era uma Comissão Especializada. Quando me apercebi de que era a Comissão de Inquérito, porque levantou-se algum sussurro, mas não me impediram nem me convidaram a sair, inclusive houve um momento em que a questão foi colocada.

Murmúrios de alguns Srs. Deputados.

Srs. Deputados, apreendam a ouvir.

Uma voz: — É cultura.

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — Portanto, quando me apercebi pessoalmente que a minha presença não era globalmente acolhida, eu me retirei da sala.

O inquérito demorou cinco meses, eu estive talvez na primeira ou segunda sessão. Inclusive por causa da experiência desta Comissão, levámos também esse princípio para a nossa Comissão, se bem que nunca tivemos estranho na nossa Comissão.

Sei que o Sr. Deputado é estudante de direito, os crimes são todos tipificados. A expressão é essa. Eu lhe desafio a encontrar a tipificação de um crime por ter assistido à Comissão de Inquérito. Mas isso é desafio de natureza académica.

O que diz o nosso Regimento é que o inquérito é sigiloso. Se é sigiloso, e os técnicos da Assembleia que gravam, os que fazem a transcrição e outros? Não entre pelo caminho que senhor não tem muito bom domínio.

Sr. Presidente, eu só queria dizer que se a minha presença eventualmente criou embaraços, quero pessoalmente pedir desculpas aos membros da Comissão.

O Sr. **Carlos Coreia** (ADI): — O senhor disse que não está escrito.

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — Eu não disse que não está escrito.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — O senhor ajudou a montar o relatório.

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — Não ajudei a montar coisíssima nenhuma. Estive numa sessão durante alguns minutos e não tive mais nenhuma intervenção. Esta é uma falsa questão.

A segunda questão, Sr. Presidente, há algum desvio propositado. Não se está a pôr em causa o investimento. Está-se a falar dos procedimentos. É apenas isso.

Enquanto estudante de direito, estude bem esta questão, porque quando há irregularidades, pode passar ano, essas questões poderão vir à superfície.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Martinho.

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Venho aqui na qualidade de membro da Comissão, para lamentar aquilo que aconteceu durante os trabalhos da Comissão de Inquérito.

Como foi dito aqui pelos outros Deputados que me antecederam, na realidade houve um Deputado estranho a essa Comissão, O Sr. Deputado Alcino Pinto. Ele poderia muito bem estar na sala, assistir, mas não ter direito à palavra, mas os Deputados do PCD e do MLSTP/PSD deram-lhe a oportunidade de inquirir o Sr. Director do Património.

Vem aqui no relatório e posso ler: «O Sr. Deputado Alcino Pinto, da Bancada Parlamentar do MLSTP/PSD, não membro da Comissão, solicitou autorização para intervir, levantou-se a dúvida se tal lhe seria permitido, nos termos legais...»

Uma voz: — Como?

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — «...o Sr. Deputado Rafael Branco interveio, dizendo que a menos que houvesse alguma objecção formal, considerava que o Sr. Deputado Alcino Pinto podia continuar a falar...»

Uma voz: — Oh!

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — «... o Presidente da Comissão colocou a questão à apreciação dos membros desta Comissão, tendo-se procedido, ao abrigo do n.º 1 do artigo 17.º da Lei n.º 2/2007 – Lei dos Inquéritos Parlamentares, à votação sobre se a pretensão do Sr. Deputado Alcino era ou não legítima».

Feita a votação, o resultado dos quatro Deputados que são do MLSTP/PSD e do PCD votaram a favor e os do ADI, que eram apenas 3, votaram contra. Certamente que reivindicámos a violação. Houve violação da Lei n.º 2/2007 e diz aqui: «ao abrigo do n.º 1 do artigo 17.º da Lei n.º 2/2007.» Será que esse artigo diz que o Deputado pode intervir? Pelo menos eu não tenho conhecimento. Pelo fraco entendimento que tenho, não é isso que o ponto n.º 1 do artigo 17.º da Lei n.º 2/2007 defende. Foi-se à votação, porque sabem que eram a maioria e que de qualquer maneira o assunto ia passar.

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — Eu é que levantei a questão?

Risos.

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Está escrito. Então, perante isto, enquanto membro da Comissão, eu venho reforçar aquilo que foi dito. Eu proponho a nulidade total deste inquérito.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacionais** (Américo Ramos): — Sr. Presidente, como é a minha primeira intervenção, queria cumprimentar as Sras. e os Srs. Deputados aqui presente.

Assisti atentamente a intervenção feita pelos diferentes Deputados, decidi que deveria dar só uma pequena contribuição a esse debate.

Foi aqui dito pelo Sr. Deputado Rafael Branco, pode não ser expressamente aquilo que disse, «que é necessário que tenhamos cautela, em não criar problemas aos investidores estrangeiros, porque não somos assim tão atractivos como pensamos». Por isso, os esforços dos sucessivos governos foi no sentido de encontrar formas de atrair ou segurar aquele investidor que manifestasse a vontade e o desejo de investir em São Tomé e Príncipe. É claro que se torna necessário sempre enquadrar essa vontade naquilo que é o nosso esquema jurídico.

Em relação à lota de peixe, é isso que o Governo fez. Em relação a muitos outros investimentos, os outros governos também fizeram o mesmo. Quando a Sra. Deputada Elsa Pinto disse que o Ministro Secretário-Geral fez a *mea culpa*, acho que todos nós temos que fazer a *mea culpa*. Temos neste momento investimentos a serem feitos no País já há alguns anos, mas que não estão legalizados, não obstante não ter sido assinado ou mobilizado por este Governo. O esforço que temos feito até então é para enquadrar esses investimentos no nosso ordenamento jurídico. Temos dois ou três processos de concessão feito por sucessivos governos, que se encontram no Tribunal de Contas sem visto, mas o investimento continua. O que o Governo tem feito é no sentido de criar as condições para que se legalize esses investimentos junto ao Tribunal de Contas. Fê-lo em relação à lota de peixe, está a fazê-lo em relação a Agripalma e em todos os outros investimentos assinados ou não por este Governo. Por isso, eu acho que alguns dos Deputados aqui já foram membros do governo e com muita responsabilidade, sabem muito bem o quanto é difícil assegurar investimentos, principalmente num país que não tem tanto assim para dar como nós pensamos.

Voz de Deputados do ADI: — Não tem nada.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacionais**: — Está na nossa Lei que qualquer concessão deve ser precedida de um concurso público, mas sabemos que lançando um concurso internacional para muitos dos empreendimentos nossos, certamente passaríamos anos e anos sem conseguir um interessado com melhores condições para fazer investimentos e nós sabemos disso. Temos muitas concessões que foram feitas directamente, eu não vou aqui citar, e fizemo-las pela oportunidade de investimentos. É precisamente isso que o Governo fez no âmbito da lota de peixe. Neste momento, o Governo o que é que fez? Fez devido a oportunidade de negócio, do interesse do investidor e fez tudo que fosse possível no sentido de legalizar esse investimento.

Neste momento, podemos dizer que temos tudo, está no Tribunal de contas com todos os elementos suficientes para dar visto a esse investimento e o Governo vai fazer também em relação a todos outros, mesmo aquele que o Governo não assinou, que carece de informações de documentos complementares para obtenção de visto.

Aplausos dos Deputados do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano, para uma intervenção, mas só tem 11 segundos.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu acho que até o Sr. Ministro acabou de explicar a questão da oportunidade de negócio. Eu acho que o que a Comissão tentou fazer é analisar os procedimentos.

Quanto à questão do relatório que as pessoas não têm conhecimento, acho que também não é bem assim. Os nossos colegas estiveram connosco, começámos a trabalhar perfeitamente e quanto àquelas anomalias que se detectou, era muito mais frutíferos levantar a Comissão e fazer atempadamente essas sucessivas correcções. O que levantamos acima de tudo é apenas a questão de procedimentos, porque em termos de opção o Governo tem a capacidade e está devidamente autorizado a fazer as suas opções. Não queremos que os erros anteriormente cometidos continuem a ser cometidos.

Uma segunda questão que eu queria abordar é apenas a utilização de alguns conceitos. Eu agradeceria que nós, ao nível dos Deputados, melhorássemos o nível da nossa intervenção e da utilização conceptual.

Murmúrios

Não! Isso é uma questão muito séria. Como Deputados, devemos ser exemplar quanto a isso. Eu até estou a pensar em sugerir um encontro com o Sr. Ministro da Educação, para com as universidades e os professores existentes no País, termos uma linguagem electiva e académica, de modo que possamos ter alunos com melhor qualidade.

Aplausos

O Sr. **Presidente**: — A Sra. Deputada Elsa Pinto pede a palavra, mas o MLSTP/PSD já não tem tempo.

Uma Voz: — É membro da Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Mas não é bem membro da Comissão. Agora estamos no debate. O Presidente é que tem o tempo para esclarecer, o resto está metido no debate. O Presidente da Comissão é que tem o papel de defender o relatório.

O PCD dá 2 minutos. Tem a palavra a Sra. Deputada Elsa Pinto, para uma intervenção.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Srs. Deputados, estamos perante um dossiê que é preciso avançar.

Eu retomo aquilo que já tinha dito: estamos a fazer uma retórica para trás, sustentando incongruências com outras incongruências, mas é o próprio Ministro que disse: «ok, relativamente aos assuntos jurídicos, eu confesso que não foram tidos em conta e estamos a fazê-lo agora». Agora que fazer? Eu pensei que os Srs. Deputados poderiam trazer soluções positivas relativamente a saídas sobre a questão, porque podemos estar cá a falar, a falar, mas se um dia houver efectivamente aplicação da Lei do SAFE, Sr. Ministro, mesmo que seja 10 anos, ele vai responder e todos aqueles que tiveram atropelos também responderão. Lei é lei!

Vozes: — Agora sim.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Agora sim, não! Nós somos parlamentares e temos que assumir as nossas responsabilidades, enquanto órgão fiscalizador.

Murmúrios

Eu não fiz nenhuma asneira, aponte por favor. Onde estou faço melhor o que posso fazer. Se todos fizermos a nossa parte, o País avançará. Agora cuidado, é melhor fazer assim, *punda chi non bili mom cá flá, quá cá blagá*.

Risos.

Uma Voz do ADI: — *Tem rabo-de-palha.*

Meus senhores, eu tenho rabo-de-palha? Não sabia. Tomo conhecimento.

Então, ouvi o Sr. Ministro das Finanças dizer que é preciso fazer um esforço de enquadramento e que o Governo está a tentar fazê-lo, mas a medida que as interpelações iam avançando, encontramos algumas dificuldades e os Srs. Deputados sabem.

É que se falou da existência do memorando de entendimento e nós, os Deputados, queríamos pelos menos conhecer o conteúdo desse memorando de entendimento. Os senhores membros da Comissão conhecem o conteúdo desse memorando de entendimento? Se conhecem, são talvez os Deputados que sustentam o Governo, mas nós pedimos insistentemente o memorando de entendimento e não nos foi facultado, porque o próprio director também não conhecia. Nós estamos em negociações e um director a este nível devia conhecer também o conteúdo do memorando de entendimento.

Murmúrios.

É o senhor que o diz, não sou eu. Se ele é malandro, não sou eu que estou a dizer.

Nós pedimos a informação proposta que sustentava, porque apesar de haver um contrato de arrendamento ou de concessão, há uma decisão que sustenta a posição do Governo. Naquela altura, pedimos pelo menos uma informação proposta que sustenta a decisão do Governo. Apresentaram-nos uma resolução com uma data posterior, já no início do processo. São essas coisas que foram trazidas à colação ao longo do processo.

Eu penso que o Governo tem consciência desses atropelos. O Sr. Ministro das Finanças é financeiro e sabe que quando se entra para uma empresa há o chamado relatório de quitação, *quitius* em latim. Quer dizer, quando entra, se houver coisas que não estão bem, não as assuma, sob pena de assumi-las eternamente.

Portanto, o Sr. Ministro que esteve lá por muito tempo e que possivelmente foi um grande conselheiro dos outros governos devia chamar a atenção deste Governo ou de outros relativamente a algumas questões que não eram boas, que não assumissem, para que essas questões morressem. Pronto, ficavam mortas.

Depois há um princípio que nós, os parlamentares, estamos a violar e eu fico muito preocupada, sendo jurista. O que é que diz a lei? Não se pode confirmar a sua própria torpetude perante a lei. Ainda estamos a vir aqui dizer «eu pequei, violei, ponto paragrafo, porque o outro violou». Isto é grave! Agora é assim? «Ninguém deve confirmar a sua torpetude perante a lei.» Então, é preciso, meus senhores, que esta Casa Parlamentar teme uma decisão. Eu nem considero os posicionamentos do Sr. Deputado que fez parte da Comissão de Inquérito, porque o senhor sabe que a lei está clara. Mesmo nas comissões de inquérito as posições são tomadas por maioria, mas o senhor, no fim teve a possibilidade de vincar a sua posição e fazer o sentido de voto que está aqui no processo. O senhor votou em muitas coisas, estive a vê-lo. Quer brilhar? Mande o Sr. Ministro consultar o relatório do inquérito.

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Eu votei contra.

Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Votou contra em todas as coisas? O senhor é mentiroso, falso!

Protestos dos Deputados do ADI.

Não, estou a dizer que ele está a faltar à verdade.

O Sr. **Presidente**: — Sra. Deputada, acabou o seu tempo.

Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Muito obrigada, Sr. Presidente, mas às vezes eu sinto que o senhor é condescendente com alguns e não o é com os outros. «Dois pesos e duas balanças».

Muito obrigada Sr. Presidente, estarei atenta à sua condescendência.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, ouvi aqui as intervenções de alguns Deputados e eu gostaria de chamar atenção a esses que nós aqui não estamos a mando de ninguém. Eu sou Carlos Correia, cidadão são-tomense, que participou nas eleições passadas e foi eleito pelo povo para defender as suas causas. Não estou cá a mando de ninguém. Pessoas individuais, não, e fico ofendido quando ouço aqui Deputados dizerem que deputados A,B,C querem tirar protagonismo. Protagonismo de quê? Esses Deputados não têm olhos para verem? Nasceram ontem? Julgo que não.

Eu gostaria de chamar atenção para que esse tipo de linguagem fique por aqui, porque ninguém está a mando de ninguém.

Ouvi aqui um deputado se pronunciar sobre a linguagem académica. Há Deputados até que vão propor universidades por causa das intervenções dos Deputados, porque a linguagem está muito mal. Agora eu pergunto aos Srs. Deputados quantos catedráticos o País formou em 37 anos. Qual é o benefício dessa formação que, em 37 anos, o País conhece? Positivo ou negativo? Valeu a pena falar de formações, que as pessoas pudessem formar-se e dar o seu melhor, gerindo a coisa pública de uma forma limpa e honesta?

Srs. Deputados, aqui nesta Casa Parlamentar, o que é que o povo espera de nós? Não espera linguagem bonita, português bem falado. Nada disso! O povo quer comida, desenvolvimento. O povo quer viver como o Sr. Deputado vive.

Risos do ADI.

Sr. Deputado, o povo está cansado de ouvir o bom português. Há quem até fale muito bem o inglês e o Francês. O povo não quer isso. O povo quer linguagem terra a terra, mas que lhe dê oportunidades de

cidadão, o que ele merece neste país, o que já está atrasado. 37 anos? Com 37 anos um indivíduo é adulto. Na Europa, um indivíduo com 37 anos já tem um carro, um apartamento, uma família, mesmo com o trabalho, o seu suor.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, o tempo do ADI está esgotado.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, vou terminar já.

Portanto, Srs. Deputados, é isso que o povo espera de nós.

Quero chamar atenção aos Srs. Deputados que estão cá, que outrora foram membros do governo e que no futuro poderão ser novamente, para que não voltem a cometer os erros que cometeram no passado. Vamos falar só do presente.

Aqui também foi dito que por causa dos erros que estamos a cometer hoje poderemos ser chamados à justiça amanhã. Isto é verdade. A justiça tarda mas não falha. Anos após anos qualquer um de nós poderá ser chamado.

Devíamos estar a defender unanimemente um caso deste, porque esse edifício estava aí e ninguém o queria. Se o Governo encontrou parceiros, em vez de avançarmos estamos aqui com isso e aquilo? Vamos avançar, minha gente!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, termine.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, vou terminar.

Voltando atrás, falando ainda da situação de que nós todos temos que vir cá falar bem para o povo, temos como exemplo o Brasil. O Presidente Lula é universitário ou operário? Quem alavancou o Brasil foi ou não o Presidente Lula, operário? Em 8 anos de governação, ele lançou o Brasil.

Hoje estamos aqui onde todos falam bonito, gerindo o País mal.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, terminamos todo o tempo de debate sobre este tema.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, era bom clarificar a população, porque a linguagem desse Sr. Deputado cria analfabetismo de retorno e eu gostaria de fazer uma intervenção para corrigir isso.

Aplausos do MLSTP/PSD.

É apenas para esclarecer, porque com esse tipo de intervenção, todo governo terá problemas com a educação. Durante esses anos todos, se não tivéssemos tido uma educação, não teríamos condições de reproduzir, de analisar, desenvolver e de viver tão bem como diz este Deputado.

Com esse tipo de linguagem a população é capaz de dizer «*nón na ca dessa mina nón bá scola fá, punda sum deputado flá non pá nám na studa fá*».

Protestos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, seria muito mau estar aqui na Sala e não intervir para dar a minha contribuição sobre algumas questões que foram aqui levantadas.

Estou plenamente de acordo com o Deputado Octaviano, porque como a aprendizagem não me enche, estou sempre com o estômago e o cérebro vazios para receber mais ensinamentos, faça a proposta, avance. Isto é bom para nós, os Deputados, porque somos exemplo para o nosso povo e temos que saber efectivamente como empregar alguns conceitos.

Houve aqui pessoas a corrigir sistematicamente que não se trata de doca, mas sim de lota de peixe, mas alguns insistentemente continuam a dizer doca, porque não conhecem o conceito. Fique sabendo que está lá no letreiro e quem quiser poderá ir ao projecto consultar. Está lá lota de peixe. O deputado tem que se pronunciar sobre o que é legal e não o que são insinuações.

O Sr. Ministro falou muito bem de aproveitar a oportunidade de negócios, mas isso não deve ser apenas quando está no poder, também quando está na oposição. Quando estava na oposição, outros governos não podiam aproveitar a oportunidade de negócios. Agora que está no poder, tem-se que aproveitar todas as oportunidades de negócio. Isso é mau, é de pura má-fé contra este povo.

Quando se pensou em construir a lota de peixe, foi na sequência da demolição da feira do ponto e do impedimento de se comercializar o pescado na Praia Brasil. Houve a necessidade de se construir um mercado por excelência para as palaiês de peixe e pescadores. Isto era mau? Era para a comercialização e conservação do pescado. Vão ao projecto ver o que diz. Lota é exactamente o mercado de peixe. Doca é

um estaleiro onde os navios pesqueiros vão ser reparados, o que não é o caso. Os senhores estão a cometer erros sistematicamente.

Deixem-me dizer uma coisa: eu não discuto opções. Cada governo tem a sua opção. A opção do governo de que fiz parte era construir esse mercado para as palaiês e pescadores. Se tivéssemos esse mercado a funcionar, não teríamos hoje mais uma vergonha pública: vias cortadas, peixes a serem vendidos expostos a sol e chuva. Porque retiraram a esse povo, pescadores e palaiês de peixe o direito de terem um espaço melhor. É lá na lota de peixe que eles deviam ter ido, porque é o que construímos para eles.

Outra questão, meu caro amigo, ao falarmos de oportunidades de negócio temos que ver o custo/benefício. Oportunidade de negócio o que é? Está-se a falar de investimento, mas eu não considero um estrangeiro que vem montar um super mercado num edifício público como investimento. Não, não é e eu posso desafiá-lo. Não é investimento. É um negócio privado que o Estado facilitou em seu próprio prejuízo. Quando um edifício que foi construído a 5,5 milhões de dólares, e foi contestado, o Estado permite a sua requalificação a 3,5 milhões de dólares, então onde é que estamos? Ouvi alguém dizer aqui – não faço uso, quero ver documentos – que o Estado irá perdoar 10 anos de renda. Onde é que está o benefício para o Estado? Quer dizer, estamos a contestar um edifício que foi construído a 5,5 milhões de dólares, autorizando a sua requalificação a 3,5 milhões. Então hoje o valor patrimonial desse edifício é de 9 milhões de dólares. Quer dizer que equacionámos o que estávamos a criticar. Se 5,5 milhões eram muito, hoje são 9 milhões de dólares.

Gostaria de dizer mais, relativamente a esse negócio do qual já disse que não faço questão, porque a opção é do Governo, acho que nós pecámos ao criticar a obra. O outro chamou a obra de elefante branco. Quem transformou a lota em elefante branco foi o governo do Dr. Patrice Trovada, em 2008.

Uma voz do ADI: — A sério?

O Sr. **Delfim Neves (PCD)**: — Sim, estou a dizer, citando o nome. Mal chegou ao poder mandou suspender as obras, remover os equipamentos, suspender a importação dos frigoríficos. Então, quem queria elefante branco? É preciso pôr a mão na consciência e cada um assumir as suas responsabilidades. No que me toca, meus caros, estou cá para assumir todas as minhas responsabilidades, mas a única coisa que me causa mágoa é de ver esse povo que ainda chamamos coitados, e são mesmo, que não tem outro meio de subsistência, só tem que vender peixe para sobreviver, de baixo do sol e da chuva, porque lhe retiraram um edifício condigno para vender o seu pescado.

Bem-haja, mas um dia Deus irá dar-lhe uma sombra!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, segundo o artigo 24.º da Lei do Regime dos Inquéritos Parlamentares, já esgotamos o debate do relatório e não há votação. O ponto 7 diz: «O relatório não será objecto de votação no Plenário», o que significa que o debate acabou.

O ponto 2 ainda deste artigo diz: «Juntamente com o relatório, a comissão parlamentar de inquérito pode apresentar um projecto de resolução».

Há uma iniciativa recente, que deu entrada ontem, hoje até a trouxeram aqui, mas ela ainda não está decidida. É uma iniciativa legislativa de um projecto de resolução assinado por cinco Deputados e eu ainda não promovi a sua admissão. Portanto, os serviços deram entrada e trouxeram-no para mim, mas é preciso admitir ou rejeitá-lo. São formalidades da Assembleia. Depois de o admitir, mando-o para a publicação e a partir daí é que fica preparado para o agendamento.

Portanto, é a informação que tenho sobre o assunto.

Murmúrios.

Eu disse que o artigo 24.º ponto 2 admite que: «Juntamente com o relatório, a comissão parlamentar de inquérito pode apresentar um projecto de resolução», mas isso não aconteceu. O relatório foi apresentado e publicado.

Eu tinha dito que, ontem, deu entrada um projecto de resolução assinado por cinco Deputados e foi aos serviços administrativos para os procedimentos normais. Há bocado é que mo trouxeram com a informação de que satisfaz os requisitos e eu devo admitir ou rejeitar. Depois de admitir é que mando publicar o projecto, mas ainda não decidi porque estou na plenária.

Murmúrios.

Sim, o Presidente tem o poder de admitir ou rejeitar qualquer projecto ou requerimento, dar logo conhecimento ao requerente e este também tem o direito de agir em recurso à Assembleia. É assim que eu tenho actuado. Com o argumento que eu depus, depois do recurso é que se debate o meu argumento ou não. Quando há recurso é precisamente para avaliar o fundamento da minha decisão.

Murmúrios.

Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização** (Arlindo Ramos): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Eu gostaria de dar a minha contribuição nesta matéria.

Vários Deputados disseram aqui que ontem ouviram o Sr. Ministro Secretário-geral do Governo falar sobre este assunto, o Sr. Ministro das Finanças também voltou a falar aqui do mesmo assunto e eu acho que não há muito que dizer mais, porque há da nossa parte o reconhecimento de que houve erro de procedimento e se a Assembleia, por ventura, estiver interessado em saber as correcções que foram feitas no documento final trabalho, pode solicitar ao Governo que o mesmo está na disponibilidade de fornecer ao Parlamento esses documentos.

É por isso que para mim estamos num chove não molha e nunca mais vamos sair disto.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rafael Branco.

O Sr. **Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, ouvi atentamente a intervenção do Sr. Ministro e acho que há aqui uma coisa que devemos ter em consideração que é o respeito pelas instituições. Já explico.

Houve todo um processo que foi desencadeado pela Assembleia Nacional, passamos aqui 5 meses a consumir recursos públicos, no sentido de se chegar ao apuramento dos factos. Estamos no ponto onde estamos, onde há algumas coisas que parecem ser aceites por nós todos: primeiro, que houve erros e, segundo, que o Governo tem o direito de fazer as opções que faz.

Neste sentido, eu tenderia a concordar com a intervenção do Sr. Ministro, mas com uma ligeira alteração que tem que ver com o respeito que deve haver entre as instituições.

Apesar de serem órgãos de soberania diferentes são órgãos do Estado que concorrem finalmente para um bem comum. É o propósito de cada um destes órgãos.

A modificação que eu faria à proposta do Sr. Ministro é que não é a Assembleia que devia pedir ao Governo, mas sim o Governo, em atenção ao outro órgão de soberania, que devia pôr à disposição da Assembleia essa documentação. Estamos aqui a falar do projecto de resolução, parece que não vamos discuti-lo hoje e isso cria uma janela de oportunidades para que, de maneira serena e responsável, lidemos com essa situação.

Portanto, a minha divergência com o Sr. Ministro é que não deve ser a Assembleia a solicitar os documentos. Há um processo que foi desencadeado pelo Governo, este já reconheceu e deve encontrar um meio de ou enviar ou num encontro com a comissão, fornecer todos esses dados. Eu acho que sairíamos todos a ganhar. Devo confessar que gosto desses jogos em que muitos saem a ganhar e poucos saem a perder.

Portanto, é esta a minha proposta, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro aceita o novo modelo da proposta?

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização**: — Sr. Presidente, é só para dizer que estou de acordo com o que disse o Sr. Deputado Rafael Branco e faremos tudo para enviar os documentos inerentes a esta questão.

O Sr. **Presidente**: — Os Srs. Deputados falam sobre o prazo. Precisamos de fixar um prazo?

Murmúrios.

Como? Há algum prazo?

Tem a palavra o Sr. Deputado Rafael Branco.

O Sr. **Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, o assunto é importante e urgente, tanto quanto eu saiba o investidor está cá e está com operações em cursos. Convinha que isso fosse mais rapidamente. Acho que não há nada no Regimento da Assembleia que impeça a Comissão de Inquérito de trabalhar durante a...

Uma voz: — Existe.

O Sr. **Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Há! Senão, é preciso sermos consequentes com aquilo que decidimos. A sessão normal retoma no dia 15 de Outubro.

Não é realista, mas segundo o que ouvi o empreendimento é para ser inaugurado no dia 17 do próximo mês. Vamos cair na mesma coisa. Portanto, se quisermos ser consequentes com essa proposta, tínhamos de permitir que a Assembleia Nacional pudesse fazer neste encontro a observação deste documento, que tinha que acontecer em tempo útil. Senão não vale a pena estarmos aqui a fazer o inglês ver.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiros.

O Sr. **Carlos Pinheiros** (ADI): — Sr. Presidente, não vim cá para complicar. Vou explicar sem complicar. Estou até de acordo com a proposta do Sr. Deputado Rafael Branco, mas o que me preocupa é o seguinte: a Lei n.º 2/2007 que é a Lei do Regime de Inquéritos Parlamentares, no ponto 2 do artigo 24.º diz o seguinte: «Juntamente com o relatório a comissão parlamentar de inquérito pode apresentar um projecto de resolução», mas essa Comissão não apresentou nenhuma resolução.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não estamos a discutir isso agora.

O Sr. **Carlos Pinheiros** (ADI): — Sim, sim, tudo bem, mas eu gostaria de saber como é que surgiu a resolução. É só isso.

O Sr. **Presidente**: — A proposta que está em apreciação até pode

Murmúrios.

Bom, dentro do tempo útil, nós podemos fixar algum prazo. É verdade que a partir de hoje a sessão legislativa termina, mas a Assembleia continua a funcionar e quando haja necessidade até podemos trabalhar.

Uma voz: — 60 dias.

O Sr. **Presidente**: — 60 dias?

Tem a palavra o Sr. Deputado Alcino Pinto.

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, é só para ajudar. Efectivamente, de vezes em quando, nos esquecemos de algumas normas. É só para informar que, de acordo com o artigo 9.º ponto 3 da Lei do Regime de Inquéritos Parlamentares, diz o seguinte: «As reuniões da comissão podem ter lugar em qualquer dia da semana e durante as férias, sem dependência da autorização prévia do Plenário».

Sr. Presidente, a minha intervenção em referência a este ponto vem na sequência da tentativa de encontrar uma solução para a questão, porque poderíamos ir também por uma outra solução que diz o próprio Regimento, mandando publicar partes ou todo o relatório.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rafael Branco.

O Sr. **Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, desculpe-me estar a intervir, mas acho que temos que manter alguma coerência. Se o assunto consumiu este tempo todo, que originou todo este debate, se está previsto que o projecto comece em Outubro, se o Governo já tem tudo pronto, se a comissão pode reunir-se durante o período de férias...

Murmúrios

...não, eu concluía dizendo que poderíamos dar 30 dias, porque parece ser o espírito que está a reinar aqui. Ninguém está contra isto, se bem que cada um de nós tem a sua opinião.

Em 30 dias o Governo entregaria isso o mais rapidamente possível, nós daríamos algum parecer e neste espírito eu não quero pronunciar-me sobre qual é a posição que a Comissão vai tomar. Pode ser que a Comissão tenha questões. Portanto, damos tempo para neste esforço conseguirmos pôr as coisas nos carris. Portanto, 30 ou 45 dias, penso que é um prazo útil antes da data da inauguração.

E não sei qual é a dificuldade, sinceramente.

O Sr. **Presidente**: — 30 dias?

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, eu julgo que há toda uma vontade de fazer com que o empreendimento não seja inaugurado.

O que é que este relatório tem a ver com a abertura do empreendimento. Pode-se inaugurar o empreendimento e depois fazer os trabalhos preliminares sobre o relatório, se for o caso. Se o relatório vier

a dar o sentido de que aquilo não deve funcionar como supermercado, que mande fechar, mas o prazo da abertura daquilo não tem nada a ver com aquilo que se vai discutir aqui.

Os Srs. Deputados são da Casa Parlamentar e podem depois fazer o que quiserem fazer, mas que a data da sua inauguração não seja alterada, ou que sejam adiantados os serviços em séries parlamentares para poder resolver as situações, porque já se viu que há vontade para que aquilo não seja inaugurado.

Qual é o problema?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Adelino Pires Neto.

O Sr. **Adelino Pires Neto** (MDFM/PL): — Sr. Presidente, talvez isto é uma pequena crítica em jeito de conselho. Eu queria dizer-vos que estou em São Tomé e Príncipe, conheço muito este país.

O governo cessante tinha o seu lema. Quando fazíamos críticas ou dizíamos qualquer coisa, o Sr. ministro dizia: «tomámos boa nota». Este governo também tem o seu lema. Cada um tem o seu tempo, é moda. Este também diz: «há perspectiva». Portanto, isso é muito bom na democracia.

Como se costuma dizer no nosso crioulo: *motxi pô sá cama, miná quebla ná cá fatá ni quinté fá*. Portanto, *cuma dentxi ná cá bichi odó dá men dê fá*, estamos a assistir a essas coisas.

A gente diz: «epá ontem eu estive aqui com outra forma, mas hoje as coisas estão mais ou menos mal».

É só para dizer que ao levantar-me para vir ao púlpito ouvi alguém dizer: «Ah, *yá iném cú cá fé patxi de yonón*». «Yonón» foi na nossa época, também foi muito bom e hoje a coisa é outra, há outra mudança. Nós éramos «yonón» e hoje é «vabú».

Risos gerais.

«Vabú» e «nhóm» têm uma deferência e cada um de nós tem que assumir isso. Meus senhores, eu assumi *nhón* e senhores têm que assumir o *vabú*.

Sr. Presidente, eu queria terminar dizer o seguinte. Eu ouvi os Srs. Deputados que fizeram parte de Comissão de Inquérito, mas estou a falar mais para Srs. Deputados do Grupo Parlamentar do ADI, que fizeram parte desta Comissão. Meus senhores, eu confesso-vos que qualquer grupo parlamentar quando escolhe dois ou três indivíduos para fazer parte de qualquer coisa, significa que são pessoas sérias, competentes e com coragem para assumir as responsabilidades.

Estou a falar e podem ir contra mim. Se eu fui escolhido pelo meu partido ou pelo meu grupo parlamentar para assumir ou para fazer parte da Comissão de Inquérito, eu quando chego lá, se encontrar alguma ilegalidade, não me assento, não assumo, saio, porque a democracia é sempre assim. Agora, eu não posso aceitar, fico lá um dia e falto noutro, fazem todo trabalho, concluem o inquérito e hoje oiço os senhores a dizerem que não têm conhecimento da conclusão final do relatório. Meus senhores, eu não aceito e não posso aceitar, porque se faço parte da Comissão tenho que participar em tudo, conhecer tudo e discutir tudo.

Não sou de nenhum partido, mas estou a dizer-vos que confesso que fiquei triste quando os senhores vieram dizer que não têm conhecimento da conclusão final. Meus senhores, não posso aceitar isto. Não estou contra ninguém, mas gostaria de aconselhar os senhores, porque eu vou-me embora e os senhores vão continuar e poderão ser escolhidos amanhã para um outro inquérito. Portanto, não dão essa fuga a ninguém, porque quem faz o trabalho precisa de fuga. Não inventa que o senhor foi para casa de banho. O senhor tem que assumir.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Cecílio Quaresma.

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Sr. Deputado, eu acho que há dois pontos importantes que temos que ver em todo esse conjunto de trabalho.

Acho que o Sr. Deputado Pires Neto não acompanhou os trabalhos, como acabou de dizer, mas eu digo e volto a dizer que a parte conclusiva deste relatório, os tais 17 pontos, é dos partidos PCD e MLSTP. A conclusão dos Deputados do ADI não foi tomada em consideração. Pura e simplesmente foi banida. Os 17 pontos que foram lidos pelo Presidente da Comissão...

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — Como?

O Sr. **Presidente**: — Meus senhores...

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Não, não. O senhor está a faltar à verdade. Não. Não foi votado. O senhor votou, desculpe lá. Agora, fazem o que quiserem fazer, mas não venham dizer a ninguém que isso foi votado.

Se o Governo puder enviar o documento para aqui, tudo bem, mas já conhecemos o resultado final deste documento. Já conhecemos, porque sempre alegam que são maioria e fazem o que querem fazer.

São eles que fizeram esse relatório, pura e simplesmente.

O Sr. **Presidente**: — Eu já tinha...

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Estão a brincar com coisa séria ou quê?

O Sr. **Presidente**: — Bom, eu já tinha terminado o debate. Eu já tinha dito que o debate acabou.

Vamos dar um prazo para o Governo prestar informações, como foi sugerido.

Meus senhores, o Governo disse que está disposto a prestar informações. Então, vamos dar 30 ou 45 dias?

Murmúrios

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, apenas para ajudar a sair deste imbróglio. A Assembleia Nacional decide através de resoluções. Há uma proposta de resolução, deve-se perguntar ao Plenário se se deve ou não analisar essa proposta de resolução. A parte onde a resolução recomenda a suspensão deve ser suprimida, introduzindo um prazo para que o Governo apresente todos os elementos que possam esclarecer a regularização do processo.

Acho que assim estaríamos facilmente a resolver a questão. É necessária uma resolução, porque a Assembleia não decide de outra maneira. Se formos decidir de forma leviana, ninguém irá assumir as suas responsabilidades.

O Sr. **Presidente**: — Uma proposta de resolução que a Assembleia resolva afixar um prazo para o Governo prestar informações acerca dos problemas levantados no relatório. É isso? Vamos?

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Vamos para...

O Sr. **Presidente**: — Para aprovar uma resolução fixando um prazo para o Governo prestar informações à volta dos problemas levantados no relatório que acabamos de discutir.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, eu digo categoricamente que não por duas questões: nós queremos obedecer a lei e queremos fazer adaptações.

A Lei n.º 2/2007, no seu artigo 24.º é claro. Por isso, não vale a pena estarmos a fazer alterações. Está escrito, «juntamente com o relatório a comissão parlamentar de inquérito pode apresentar um projecto de resolução».

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — Pode.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Mas não apresentou.

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — É facultativo.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Está bem. Não apresentou. A Comissão, não alguns Deputados da Comissão. E depois diz mais: «pode haver mais do que uma», quer dizer na própria Comissão poderia haver mais do que uma resolução, mas não é o caso.

A demais, se formos ao artigo 157.º do Regimento, na página 99, diz: «Nenhum projecto, proposta de lei ou de resolução pode ser discutido em reunião plenária, sem ter sido publicado no Diário ou distribuído em folhas avulsas aos grupos parlamentares, bem como aos Deputados que solicitem com antecedência mínima de cinco dias». Está na página 99, ponto final.

O Sr. **Domingo Boa Morte** (ADI): — E acabou. Ponto final.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Albertino Bragança.

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — Sr. Presidente, eu queria dizer aqui aos Srs. Deputados que quando acabou o inquérito fizemos o relatório e entregámos o mesmo à Mesa da Assembleia Nacional.

Eu tive um encontro com Sr. Presidente da Assembleia e entreguei-lhe à mão o relatório. Ele leu o relatório e no dia seguinte chamou-me e disse que podíamos apresentar também uma resolução. Quando

ele me disse isso, eu disse que não fizemos porque era facultativo. A Lei diz: «pode». Então, no mesmo dia em que ele me disse isso, eu convoquei uma reunião da Comissão. Estão a lembrar?

Eu tinha entregado o relatório e tentei ainda, a conselho do Sr. Presidente, que a Comissão fizesse a resolução.

Meus senhores, em matéria de português, eu ainda percebo qualquer coisa. Portanto, quando se diz pode, está-se a introduzir algo que é facultativo. Compreendem?

Quando no dia seguinte ou 2 dias depois fomos fazer a reunião, os Srs. Deputados do ADI abandonaram positivamente a sala. Estão a se lembrar? Abandonaram a sala, ficamos...

Uma voz: — O Sr. Deputado está a faltar com a verdade, dizendo que abandonamos a sala.

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — Abandonaram a sala e só ficaram os membros do PCD e do MLSTP. Então, como era facultativo, qualquer um conjunto de deputados podia fazer um projecto de resolução, nós fizemos.

Murmúrios.

Um grupo de deputados pode apresentar o projecto de resolução. Foi o que se fez.

O Sr. **Presidente:** — Eu também entendi que essa iniciativa dos deputados é admissível, só que vai obedecer o artigo 157.º. Quer dizer que entrou, os serviços já me deram informação, agora eu vou dizer que admito e tenho que mandar publicar. Em princípio, para hoje não seria para se discutir. É isso que eu levantei, mas o Sr. Deputado Rafael Branco apresentou-me uma proposta que poderia ser até consensual com o Governo ou o representante do mesmo, no sentido de que, em vez desta resolução, estabelecer uma plataforma de entendimento, de que o Governo, num determinado prazo, apresente os elementos para esclarecer os pontos da discussão. Agora, falta estipular o prazo. Houve quem sugeriu 60 dias, o Sr. Deputado Rafael Branco disse que é muito, então eu disse para fixarmos 30 dias. O Governo não tem opção. Pode ser 30 dias? Então, era isso que poderíamos fixar e será preciso o prazo de 30 dias.

Bom, se for necessário elaborar uma resolução desta plenária, eu assino e envio para o Governo. Estamos entendidos?

O Sr. **Domingos Boa Morte** (ADI): — Não.

O Sr. **Presidente:** — Não porquê? Então como é que ficamos? Então vamos à votação para sabermos quem aprova que se fixe um prazo de 30 dias para que o Governo apresente informações?

Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização:** — Sr. Presidente, no pequeno intervalo, falei com dois Deputados do MLSTP, estivemos a falar e a analisar a questão de ultrapassarmos esse problema o quanto mais rápido possível e chegamos a esse ponto de o Governo enviar para a Assembleia os documentos necessários para esclarecimentos de algumas conclusões que estão no relatório. Isso foi dito, mas se quiserem agora ir pelo procedimento normal, ou seja regimental, não vamos a lado nenhum, porque o que estamos a dizer é que já há uma decisão de que o Governo vai enviar os documentos sobre as conclusões do relatório à Assembleia e não se pode vir agora aprovar uma resolução, porque a Assembleia tem que decidir por resolução. O Regimento diz também quais são os documentos que o Governo pode enviar para a Assembleia sem solicitação desta, ou sem solicitação dos Deputados. Se formos por esta via, então o Governo vai esperar que alguém solicite os documentos. Não queremos que seja assim. Já manifestamos o nosso interesse em esclarecer o assunto. Vamos esclarecer, vamos enviar os documentos à Comissão de Inquérito ou à Mesa da Assembleia e a quem vocês decidirem aqui. Não é preciso ir por meio de projecto de resolução, porque tem que estabelecer um prazo de 30 ou 45 dias.

Meus senhores, bom senso se faz favor.

O Sr. **Presidente:** — Então posso encerrar o debate, nos termos em que o Governo vai fornecer elementos elucidativos quanto aos pontos observados no relatório.

Uma voz: — Quanto tempo?

O Sr. **Presidente:** — 30 dias o mais tardar. Então está fechado este debate.

Agora vamos ao quarto ponto que é o parecer da 1.ª Comissão sobre o caso do Sr. Deputado Sebastião Pinheiro. Este caso já é largamente conhecido, já vem desde o mês de Janeiro, já está publicado no *Diário da Assembleia* antecedente, aliás o próprio relatório da 1.ª Comissão invoca isto, é um assunto que iniciou com uma carta do Sr. Deputado Sebastião Pinheiro ao Presidente da Assembleia a manifestar a sua vontade de passar para a condição de Deputado independente. A carta foi subscrita e deu entrada em 5 de

Dezembro de 2012, depois, em seguida, talvez 24 horas depois, também entrou na Mesa da Assembleia um expediente vindo da direcção do Partido PCD. Ao expediente estava anexado uma declaração de renúncia, subscrita pelo mesmo Deputado, datada de 2 de Dezembro 2012. Depois houve também um despacho do Presidente da Assembleia que tentava mostrar a sua posição em relação aos dois expedientes e depois houve um interregno, por acordo de cavalheiros, o Presidente da Assembleia elaborou um segundo despacho para suspender o mandato do Sr. Deputado durante algum tempo, enquanto não fosse conhecida a decisão do Tribunal que tinha sido intentada pelo partido PCD.

Há um acórdão do Supremo Tribunal sobre a matéria, mas o mesmo não resolvia a contenda entre o Deputado e o Partido, nem reconhecia a não ilegalidade do despacho do Presidente, e a Comissão apresentou um parecer que foi votado com 5 votos a favor e 4 votos contra, que apontava para que fosse considerado o expediente de renúncia e não o expediente de passagem a independente.

Penso que toda a gente conhece todo esse caso e, tendo em conta que o parecer da Comissão é um parecer, quem deve decidir é o Plenário, porque a Comissão não decide. O Presidente entendeu, e sobretudo com a subscrição de um grupo de Deputados, apresentar o caso ao Plenário de forma a, definitivamente, ter uma solução do caso.

Portanto, está o assunto em debate.

Sras. e Srs. Deputados, o expediente vem publicado no *Diário da II Série n.º 13*, começa na página 112, e no parecer há uma declaração de voto vencido, nas páginas 115 e 116.

Está aberta a discussão no sentido de encontrarmos, em Plenário, uma solução sobre este assunto que se vem arrastando, infelizmente envolveram-me também no caso, quando eu continuo de pé, dizendo que a minha acção foi clara, jurídica e nos termos regimentais.

Agora entrego o assunto ao Plenário para uma decisão soberana.

Pausa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, há pessoas que conseguem conviver com o silêncio. É um pouco absurdo estarmos perante uma matéria sobre a qual a 1.ª Comissão elaborou um parecer e indicou a Mesa quais são os procedimentos.

Um grupo de Deputados decidiu solicitar à Mesa que a questão fosse remetida ao Plenário e normalmente, quando há esta questão, um dos subscritores tem que fundamentar para convencer o Plenário do que vamos fazer.

O caricato é estarmos aqui parecendo que todos nós estamos a mesmo nível sobre este pedido. Aqueles que subscreveram têm que dizer o que é que vamos fazer. Há um parecer, quais são os passos a dar? Se solicitaram a decisão do Plenário, como? Expliquem de acordo com o Estatuto dos Deputados e o Regimento para decidirmos e sairmos daqui.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, era só para reagir em relação à intervenção do Sr. Deputado Delfim Neves. Para dizer que é uma questão que está na plenária, é de conhecimento de todos, portanto, qualquer um pode intervir e fazer o seu comentário e a sua proposta. Não tem que atribuir essa responsabilidade a um grupo parlamentar ou a um outro Deputado. Portanto, está em plenária, cada Deputado pode intervir e fazer a intervenção como quiser e quando quiser.

O Sr. **Presidente**: — Eu entendi que o Sr. Deputado Delfim Neves quis dizer o seguinte: eu quando fiz a apresentação disse que há uma subscrição de um conjunto de Deputados que também requereram à Mesa que o assunto fosse colocado em plenária.

Ele o que quis dizer, segundo entendi, é que um dos subscritores poderia iniciar o processo de debate. O que é que entende sobre o parecer, qual é o problema que o parecer levanta, para se discutir. Penso eu que é isso.

Bom, não há debate?

Tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Guadalupe.

O Sr. **Alexandre Guadalupe** (ADI): — Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas, muito boa tarde.

Tomo a palavra para dizer que eu sou um dos subscritores desta iniciativa. Eu quero dizer que nós reconhecemos já há algum tempo que a situação do Sr. Deputado Amândio Pinheiro se arrasta e se torna insustentável e, entretanto, nós sabemos que a Assembleia funciona com 55 Deputados e tem no nosso entender dado muito má imagem a esta Casa Parlamentar. Por isso, por uma questão meramente de iniciativa e de devolver à Assembleia, esta Casa Parlamentar, alguma condição de funcionamento pleno, decidimos trazer esta questão para o Plenário, que é soberano, no sentido de encontrar solução para que possamos sair dessa situação que, de certo modo, é insustentável.

O Sr. **Presidente**: — Como é que a plenária acha que o assunto deve ser solucionado? O Deputado subscreveu dois documentos, revendo os documentos, e terá subscrito, no dia 2 de Dezembro, uma declaração de renúncia e, no dia 5, veio retratar a declaração de renúncia por um pedido de passagem a Deputado independente. Toda gente já conheceu a minha posição. A minha posição foi inclusivamente dada através de um despacho. A outra parte do conflito, que é o partido que o Deputado pertence, não considerou a minha posição, enquanto Presidente. A posição do Presidente foi simples. No dia 5, ele apresentou à Mesa uma carta a manifestar a sua vontade de passar à situação de independente e, na mesma carta, ele até dizia que dava sem efeito todos outros documentos que tivesse assinado anteriormente. Bom, eu não tive outra coisa a fazer, admiti e mandei publicar. Entretanto, a direcção do Partido PCD, no dia 6, juntou uma declaração de renúncia que ele teria subscrito no dia 2. Em termos jurídicos, para mim, quer dizer que ele retratou a declaração do dia 2, quando ele no dia 5 declarou que passaria à condição de independente. Eu estava e continuo firme com a minha posição.

Entre os dias 2 e dia 5 a declaração de renúncia não tinha sido efectuada. Portanto, ele mantia o direito de retratar. Eu lembro-me bem, quando estive a fazer a análise dessa coisa toda, que o Partido PCD empregava o termo «irreversibilidade». Para mim, juridicamente, não existe. Há retratabilidade que por acaso o parecer da Comissão vem com essa teoria que eu já conhecia, até citou o caso da Câmara dos Deputados do Brasil. Por acaso eu já sabia que um cidadão ou Deputado pode retratar. Retratar quer dizer «dar o dito por não dito».

Se no dia 2 ele disse que renunciava, enquanto não se efectivou, ele pessoalmente tinha o direito de retratar, e retratou. Bom, eu não avanço mais, a minha posição é conhecida, a plenária saberá decidir.

Tem a palavra a Sra. Deputada Elsa Pinto.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Em Janeiro, talvez não tínhamos a ideia de que este processo pudesse arrastar-se até Agosto de 2012. Efectivamente a 1.ª Comissão, no início do seu processo, foi chamada a ponderar e apresentar um parecer ao Presidente, mas lamentavelmente a 1.ª Comissão não pôde ou não houve condição para que pudesse emitir, em tempo, o seu parecer.

Desde aquela data até hoje muitas coisas e muitos instrumentos jurídicos foram utilizados. O Sr. Presidente disse claramente, até porque também está na base do agendamento desta questão, porque partiu da própria iniciativa de Sua Excelência o Presidente trazer para aqui o parecer, que a sua posição é sobejamente conhecida. Eu aqui não quero falar em nome pessoal. A 1.ª Comissão foi chamada e eu gostaria de utilizar os termos usados pelo Sr. Presidente para emitir um parecer, para que se possa encontrar urgentemente uma solução democrática do conflito em causa e que se chegar ao fim do impasse por ele gerado.

Eu posso concluir que, através desse despacho, o Sr. Presidente, possivelmente, também não tinha resposta ou solução para o problema. Por isso é que o mandou à 1.ª Comissão. Também entendi que o Sr. Presidente é um estudioso nessa matéria. Não sendo jurista, arrumou-se também de conhecimentos e aqui partilhou alguns desses conhecimentos.

Eu compulsei o Regimento e vi que não é comum, pelo menos nesta Casa Parlamentar, o agendamento de pareceres. Agenda-se um assunto, uma proposta de lei, um projecto de lei ou uma resolução. Os pareceres circundam esses pedidos e em função da decisão, dos eixos ou das directivas propostas, porque é sempre uma proposição, cabe à entidade soberana decidir ou não, em função do parecer que lhe é emitido.

Relativamente a esta questão, foi pedido à 1.ª Comissão um parecer e tudo se passou na extrema legalidade. Foi apresentado o parecer, foi discutido, foi à votação, a maioria venceu, mas houve também um voto vencido com uma declaração como é de direito, cada um defendendo as suas posições.

Houve igualmente um expediente formulado por um grupo de Deputados, direitos que lhes cabe. Importava sustentar e é a prática regimental que quando se introduz um expediente, normalmente, faz-se a defesa antes de se passar ao debate desse expediente.

Agora, eu penso que produzido o parecer da 1.ª Comissão, não querendo o Sr. Presidente se posicionar em função do parecer, porque é o direito que lhe cabe, circundou-se de um parecer e podia seguir ou não aquilo que lhe propõe o parecer. Estamos hoje na plenária, mas não é difícil, há um parecer. Normalmente não se discute um parecer, mas é um parecer que tem uma conclusão.

O que eu peço aos Srs. Deputados, porque penso que vamos entrar novamente num impasse e o silêncio é profundo sobre a matéria, é que há um parecer que nos indica os caminhos a seguir. Só há dois caminhos e esses caminhos os senhores, regimentalmente, o conhecem.

Portanto, eu proponho ao Sr. Presidente que siga exactamente aquilo que propõe o parecer. Exactamente como na 1.ª Comissão, aqui na plenária, vamos seguir o caminho que é proposto. A conclusão do parecer é clara e todos têm esse instrumento na mão. Vamos decidir em função do Regimento.

O Sr. **Presidente**: — Não há mais intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Idalécio Quaresma.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Eu creio que neste momento estamos perante duas situações. Uma primeira é a renúncia de um deputado e uma segunda é o pedido de passagem a independente. Agora, pelas teses apresentadas, o mandato é do partido. Eu defendo o contrário: o mandato não é do partido. Os mandatos são dos deputados. Porquê? Porque quando se lê no Tribunal diz-se o Partido ADI tem 17 mandatos e se diz o nome de cada uma das pessoas. Eu sou subscritor da lista, porque não concordo que de forma tão arbitrária queiram tirar o mandato de um Deputado à Assembleia. Porquê? Primeiro, a passagem a independente não carece de nenhum procedimento, atendendo ser um acto voluntário e depende exclusivamente da vontade do Deputado em causa, ao contrário do pedido de substituição. Aí sim o Regimento decide claramente quais são os passos a seguir.

Também diz a Constituição da República, no seu artigo 27.º «Liberdade de consciência e de religião», que nenhuma pessoa é forçada a estar num lado onde não queira. A pessoa é livre. «Direito de associação, artigo 305.º diz: «Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação nem coagido por qualquer meio a permanecer nela».

O artigo 95.º «Imunidades» no seu ponto 1 diz: «Nenhum deputado pode ser incomodado ou perseguido». Eu acho que isso é um acto de perseguição. Com tudo isso eu não concordo que desta forma como foi apresentado o documento de renúncia do Sr. Deputado Sebastião Pinheiro corresse os seus trâmites.

Portanto, eu sou daqueles que concordam plenamente com o despacho dado pelo Sr. Presidente da Assembleia, na devida altura.

Para facilitar a questão, não há muita coisa aqui. Se há Deputados que concordam que ele passe a independente ou se há Deputados que concordam que ele seja escorraçado da Assembleia.

O Sr. **Presidente**: — Escorraçado é forte.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Da forma como querem?

O Sr. **Presidente**: — Mesmo depois da decisão do Plenário, o Deputado em causa tem direito a recurso. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, eu gostaria também de, em meu nome pessoal, frisar e voltar a lembrar que sou um grande subscritor desta causa. Srs. Deputados, a final de conta quem somos nós? Então, cada um de nós não participou nas campanhas e foi eleito pelo povo, porque acha que nas nossas comunidades defendemos os seus interesses?

Então, eu pergunto aos Srs. Deputados, foi ao contrário com esse Sr. Deputado Amândio Pinheiro? O povo não o elegeu? O povo reconheceu nele as capacidades e deu-lhe o voto de confiança, de modo que ele fosse Deputado.

Srs. Deputados, nós é que vamos dizer não à reputação desse nosso colega? Porquê? Eu quero dizer-vos uma coisa, Srs. Deputados: a morte sorri a todos. Hoje é o Sr. Deputado Amândio Pinheiro e amanhã poderá ser um de nós qualquer que estamos cá. E eu, Srs. Deputados, irei defender a qualquer um dos Deputados de qualquer grupo parlamentar, se estiver nesta mesma situação, porque entendo que o mandato é do deputado e não dos partidos.

Então, o partido é que manda na pessoa? Nós por acaso andamos no pasto de cada um Somos cabritos?

Risos.

Somos ser humanos livres e independentes, para fazer o que bem entendermos. Portanto, não podemos mais aceitar uma situação desta.

Sr. Presidente, eu não estou de acordo que se faça subir o parecer da 1.ª Comissão, sendo ela submissa em primeiro lugar ao Plenário. O Plenário é soberano e hoje aqui não vamos votar o parecer, vamos votar na solidariedade do Sr. Deputado e nosso colega Amândio Pinheiro.

Eu sugiro ao Sr. Presidente que partimos já para a votação, voto secreto, para sabermos quem é solidário ou está solidário ou não com a causa do nosso companheiro.

Uma voz: — Secreto?

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Secreto ou não. Quero lembrar-vos uma coisa. Se hoje aqui nesta Casa Parlamentar decidirmos ao contrário desta causa que é justa, tirar a reputação ao Deputado que foi eleito pelo povo, estaríamos a abrir precedentes. Lembrem-se disso, Srs. Deputados. Como eu disse antes, a morte sorri a todos e se nós estivermos como reino divididos, as nossas casas irão cair. Também irá acontecer connosco.

Srs. Deputados, eu volto a lembrar-vos que aqui nós devemos defender uns aos outros, mas com justiça e vamos fazer justiça neste Parlamento. Lembrem-se que 2007/2008 eu não era do ADI. Eu não sou de partido nenhum. Sou do povo do País, e muita gente já está a entender isso. Não sou e não estou amarrado a partido nenhum. Estou amarrado a quem tem ideias para desenvolver melhor do que eu. Quem sou eu? Sou um «acabado». Não sou nada, mas há pessoas que têm dinheiro, têm capacidades e eu defendo essas pessoas. Qualquer uma. Agora, digo aos Srs. Deputados, eu já vi aqui nesta Casa Parlamentar, assisti aqui, quando o partido ADI ficou insatisfeito com alguns elementos da sua cúpula. Tirou-lhes o mandato? Nunca, nunca, nunca lhes tirou o mandato.

Quando estamos insatisfeitos com a nossa cúpula ou com alguém que faz parte do nosso conjunto, devemos deixar a pessoa se pronunciar e fazer o que ela quiser, porque é independente, é cidadão.

Portanto, Srs. Deputados, se isso já aconteceu outrora, deputados passaram a independente, porque é que não pode acontecer hoje?

Eu defendo e continuarei a defender qualquer um dos Srs. Deputados aqui.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, as intervenções já apontam para o caminho da votação. O que é que vamos votar e qual é a forma que vamos votar?

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Domingos.

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Caras e Caros Deputados, boa tarde.

Eu venho juntar a minha voz a esta causa, porque também subscrevi o documento. Eu entendo que a Assembleia de se juntar para reflectir sobre esta questão, porque não obstante fazermos parte de grupos parlamentares e estarmos inseridos em partidos, somos todos Deputados. Hoje o assunto que se discute tem a ver com a pessoa do Sr. Deputado Sebastião Pinheiro, mas poderia ser qualquer um de nós presente aqui na Sala.

Eu também defendo que o mandato é do Deputado e não do partido, porque se fosse contrário, o partido poderia concorrer, ganhar, ter tantos números de votos para si, fazer a selecção e depois entregar o mandato a quem quisesse, mas não. O partido apresenta uma lista ao Tribunal composta por pessoas que entende que têm algum poder na comunidade e concorre em função de rostos, porque a lista é publicada em função da comunidade em que a pessoa está inserida. Logo...

Murmúrios.

No boletim de voto não fica a cara da pessoa mas a lista sai e as pessoas que moram na comunidade sabem que eu, Isabel Domingos, sou candidata à deputação do meu partido. Pelos menos no ADI foi assim que aconteceu, não sei como é que foi nos outros partidos. Há uma lista em função dos Distritos. As caras dos deputados não constam do boletim de votos, mas a população fica a saber dos nomes. Pelo menos na campanha de 2010 aconteceu no Distrito de Mé-Zóchi que os eleitores ficaram preocupados em saber quem eram os elementos constantes nas listas, para não cometer os erros passados, porque a população também quer conhecer quem a representa.

No fundo, estão a discutir e contrariar, mas sabem que é assim. Estamos a defender interesses.

Estando nesta situação, venho pedir que todos nós aqui assentados nesta Sala tenhamos consciência, não obstante as disciplinas partidárias e n coisas, devemos votar em consciência, porque hoje é o Sr. Deputado Sebastião Pinheiro, amanhã pode ser que o ADI entende que já não quer a Isabel Domingos no seu Grupo Parlamentar, ela vai-se embora, perde o seu mandato Bancada. A minha pessoa também galvanizou votos e eu acredito...

Uma voz: — Vem para o nosso Grupo Parlamentar.

A Sra. **Isabel Domingos**: — Não, muito obrigada, estou bem onde estou, mas também retribuo o convite. Se quiser vir para o ADI, nós lhe aceitamos.

Risos gerais.

Já são 15 horas e precisamos sair daqui.

O Sr. Presidente já deu indícios de que vai levar a questão para a votação, mas que nós os Deputados comecemos a agir por pensamento próprio. Somos detentores dos nossos mandatos. Estive a pesquisar no Regimento e vi no Estatuto de Deputados, no capítulo sobre a perda de mandato em momento algum vi uma situação similar a que estamos a viver hoje.

Já ajuntei a minha voz, estou disposta a aprender todos os dias, essa é mais uma situação que vou aprender e espero que seja uma aprendizagem pela positiva.

Muito obrigada Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Bom, vamos à votação, mas primeiro vamos definir a forma de votação sobre o caso.

Murmúrios.

Está-se a tratar de um Deputado, de pessoa.

Murmúrios.

Estou a colocar, o Plenário é que sabe.

Estou a pôr o assunto ao Plenário. Eu sei, tenho sobretudo convicção minha, mas preciso saber do Plenário. Eu gostaria que os senhores deixassem de me envolver nisso. Por acaso eu trabalhei em muitas partes, agora já estou cansado, mas em termos de leis sim, mesmo junto de juristas...

Protestos do ADI.

Temos que votar as duas vontades. Há uma primeira vontade do Deputado Sebastião Pinheiro, quando ele subscreveu uma declaração de renúncia. Quem concorda que essa sua vontade de ter subscrito a renúncia ande para frente?

Há uma segunda vontade, quando ele escreveu uma carta, retratou, manifestando a sua vontade de passar a Deputado independente. São dois casos e vamos sobre os dois.

Cronologicamente, segundos os instrumentos que o Deputado subscreveu, estou a usar o termo jurídico do parecer, as considerações, ele subscreveu primeiro uma declaração de renúncia, no dia 2 de Dezembro e entrou no dia 6.

Estou a pensar na vontade do Deputado. A primeira vontade do Deputado, se tudo correu normalmente, é que ele, no dia 2, subscreveu uma declaração de renúncia e no dia 5 ele subscreveu uma carta a retrata, ou seja, a dizer para deitar fora, anular, tudo quanto ele tinha subscrito anteriormente, e passar a Deputado independente.

Então, vamos à votação directa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Idalécio Quaresma.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, eu acho que por se tratar de uma pessoa, a votação devia ser secreta.

Protestos do MLSTP/PSD e do PCD.

Meus senhores, deixem-me falar. Eu também não tenho direito? Estou no meu direito.

Murmúrios.

Moçu deça ami flá fam.

O que estamos a ver aqui é perda de mandato. O artigo 16.º, ponto 5 diz, e ainda mais, que o Deputado tinha que estar aqui presente para nos informar das questões.

Protestos.

Portanto diz: «O deputado posto em causa tem o direito de ser ouvido e recorrer para o Plenário nos 10 dias subsequentes, mantendo-se em funções até a deliberação definitiva.

Deve votar por escrutínio secreto.

Murmúrios.

Mas o que é que vocês querem? Não é a perda de mandato?

Uma voz: — Renúncia.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Renúncia? Esta renúncia que está aqui? Veja a data da renúncia. X legislatura foi para IX? Você bate a sua coisa na máquina depois vira? *Oh, sunguê ê xi a mecê pan flá ngá flá maxi ô. Data sé cu sá ai sá data di kêkuá? No dia 2 esse senhor não estava aqui na Mesa, na sessão parlamentar?*

Uma voz do ADI: — É data da internet.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Ham, é data da internet não é?

O Sr. **Presidente:** — O artigo 116.º do Regimento, escrutínio secreto, diz, no ponto 1:

«a) As eleições.» É o que temos praticado aqui.

«Alínea b) As deliberações, que segundo o Regimento ou o Estatuto de Deputados, devam observar esta forma.» O que é que o Regimento e o Estatuto dos Deputados mandam observar?

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Domingos.

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — Sr. Presidente, eu creio que a votação vai recair sobre uma pessoa. Sendo uma pessoa, deve ser secreto, porque eu não tenho que entrar em choque com ninguém. Posso conhecer a pessoa, mas não querer indicar o meu sentido de voto.

Uma voz: — Não.

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — Sim, sim. Se recai sobre uma pessoa, eu creio que o voto deve ser secreto, Sr. Presidente.

Uma voz: — Nada disso.

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — Nós não queremos manobras nisso. Só queremos legalidade e justiça, Sr. Deputado. Estamos muito bem tranquilos no nosso Grupo Parlamentar. Precisamos de legalidade.

Murmúrios.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, pelo que eu me lembre, aqui nesta Casa Parlamentar, os votos, quando se trata de pessoas, têm sido sempre secretamente. Nós temos como exemplo o último caso de eleição para o Presidente da Comissão Eleitoral Nacional.

Vozes: — É eleição.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Agora o que é, Srs. Deputados? Eu não sei porque é que gato escaldado na água quente tem medo de água fria. Os senhores estão com medo de quê? Os senhores não têm confiança? Qual é o problema? Já foi aqui bem explícito, a minha colega Deputada disse. Porque que um Deputado vai entrar em choque com o outro perante uma situação dessa? Eu posso ser de um partido, mas defender uma causa que eu sei que é justa. Por amor de Deus, Srs. Deputados! Estão com medo de quê? Ah, por aquilo que fizeram outrora, agora estão com medo? Ah, é castigo! Estão a sentir na pele! Aqui se faz, aqui se paga!

O Sr. **Presidente:** — Fazendo a leitura do artigo 116.º na alínea a), de facto não há dúvida. Nós temos feito isso. Tudo que se relaciona com eleições temos feito voto secreto. Na alínea b) diz: «As deliberações que, segundo o Regimento ou Estatuto dos Deputados, devam observar essa forma». Bom, se formos ao Regimento, está omissa. No Estatuto há uma clarificação disso no artigo 11.º, que é a inviolabilidade. Está na página 62. O n.º 3 do artigo 11.º determina que de facto a decisão do Plenário sobre esta matéria também segue-se a votação por escrutínio secreto. Quando se refere a imunidade, diz: «A decisão prevista no presente artigo será tomada por escrutínio secreto e maioria absoluta dos Deputados presentes, precedendo parecer da Comissão de Regimento e Mandatos.» Isso relaciona-se com a imunidade.

No Regimento há omissão, e quando há omissão, segundo o Direito, temos que procurar ultrapassar essa omissão. Aqui na plenária para ultrapassar temos que votar. Se a maioria decidir que vamos à votação por escrutínio secreto, vamos, porque há uma omissão.

Esta é a minha interpretação jurídica.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alcino Pinto.

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — O facto de o Sr. Presidente estar a fazer esse compacto ou uma leitura meramente pessoal resulta da influência da posição já assumida por si, porque nessa matéria as nossas normas estão claríssimas. Relativamente ao voto secreto, as nossas normas estão claras e sobre as outras questões há nossa prática ou então aquilo que a própria norma define. O dizer que é omissa, vamos então opinar? Em Plenário é uma solução que eu não vou colocar nenhuma dificuldade, mas estamos a forçar as questões, Sr. Presidente. O senhor está a forçar as questões, porque há uma prática e essa prática é que deve ser chamada a situações como esta. Todavia, eu não faço nenhuma objecção a isto nem o meu grupo parlamentar vai fazer.

Devemos imediatamente passar à votação. Se o Sr. Presidente entende que devemos fazer opção na plenária, se o voto é secreto ou utilizando a prática habitual, que submeta rapidamente, mas não façamos mais delongas.

O Sr. **Presidente**: — Eu li que quando há uma omissão, num regulamento ou numa lei que queremos aplicar, temos que criar algo para ultrapassar. É a prática da legalidade. Neste caso, há uma omissão, nós estamos perante o Plenário, se eu determinar vamos assim, serei criticado por uma parte. Se eu disser outra, também serei criticado. Então, vamos à votação.

Vamos votar a forma de votação. Quem vota a favor da votação directa.

Submetida à votação, foi aprovada com 28 votos a favor e 26 votos contra.

Quem vota a favor da votação secreta.

Submetida à votação, foi reprovada com 26 votos a favor e 28 votos contra.

Primeiramente, quem está a favor da passagem do Sr. Deputado a independente?

Submetido à votação, foi reprovado com 26 votos a favor e 28 votos contra.

Quem vota a favor da renúncia.

Submetido à votação, foi aprovado com 28 votos a favor, 25 contra e 1 abstenção.

Aplausos do MLSTP/PSD, do PCD e do Deputado do MDFM/PL.

Hoje é o último dia desta Sessão Legislativa. Tenho um projecto da 2.^a Comissão no sentido de o Plenário autorizar a Comissão a trabalhar durante o período de férias parlamentares.

Tem a palavra a Sra. Secretária, para a leitura do projecto de resolução.

A Sra. **Secretária**: — Sr. Presidente, o projecto de resolução proveniente da 2.^a Comissão é do seguinte teor: «Tendo em conta a gama considerável de trabalho com que se vem debatendo a 2.^a Comissão Especializada Permanente;

Considerando, por outro lado, a necessidade de criação de condições favoráveis ao funcionamento com êxito da próxima sessão legislativa;

Atendo que, nos termos de n.º1 do artigo 58.º do Regimento da Assembleia Nacional, se estabelece a possibilidade de actuação das Comissões Especializadas Permanentes fora do seu período regular do funcionamento;

Tendo em conta a proposta do respectivo Presidente da Comissão Especializada Permanente, que teve a anuência dos membros da respectiva Comissão;

A Assembleia Nacional vota, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º. É autorizado o funcionamento da 2.^a Comissão Especializada Permanente durante o período de férias parlamentares, de 16 de Agosto a 15 de Outubro de 2012.

Artigo 2.º. A presente resolução entra imediatamente em vigor.

Publique-se.»

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar o presente projecto de resolução.

Submetido à votação, foi aprovado com 52 votos a favor e 2 abstenções.

Portanto, a 2.^a Comissão está autorizada a funcionar durante as férias parlamentares.

Penso que chegamos ao fim dos nossos trabalhos, agradeço a presença e a participação dos Srs. Deputados e faço votos que tenham um bom período de férias parlamentares.

Declaro encerrada a Sessão.

Eram 15 horas e 35 minutos.